2018

Agenda Internacional da Indústria 2018

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Agenda Internacional da Indústria 2018

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial
Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor

Diretoria de Comunicação
Carlos Alberto Barreiros
Diretor

Diretoria de Educação e Tecnologia
Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Diretoria de Políticas e Estratégia
José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais
Mônica Messenberg Guimarães
Diretora

Diretoria de Serviços Corporativos
Fernando Augusto Trivellato
Diretor

Diretoria Jurídica
Hélio José Ferreira Rocha
Diretor

Diretoria CNI/SP
Carlos Alberto Pires
Diretor

2018

Agenda Internacional da Indústria 2018

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

© 2018. CNI – Confederação Nacional da Indústria.
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI
Gerência Executiva de Assuntos Internacionais – AI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.
Agenda internacional da indústria 2018 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2018.

69 p. : il.

1.Política comercial. 2. Internacionalização de empresas. 3. Serviços. 4. Mercados externos. I. Título

CDU: 338.45

CNI
Confederação Nacional da Indústria
Sede
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3317-9000
Fax: (61) 3317-9994
www.portaldaindustria.com.br

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

Lista de Siglas

ABGF	Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
ACC	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
ACE	Adiantamento sobre Cambiais Entregues
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
ADT	Acordo para Evitar Dupla Tributação
AFC	Acordo de Facilitação de Comércio
AGU	Advocacia-Geral da União
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ARM	Acordo de Reconhecimento Mútuo
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático
Asean-5	Associação de Nações do Sudeste Asiático - Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã
ATA Carnet	Carnê de Admissão Temporária
B2B	Business-to-business
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCE Brasil-Japão	Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CEBEU	Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
CEBRICS	Conselho Empresarial do BRICS
CEMBRAR	Conselho Empresarial Brasil-Argentina
CLV	Certificado de Livre Venda
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COD	Certificado de Origem Digital
Cofig	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
Confac	Comitê Nacional de Facilitação de Comércio
Confaz	Conselho Nacional de Política Fazendária
Coninv	Comitê Nacional de Investimentos
Copcom	Comitê Nacional de Promoção Comercial
Decom	Departamento de Defesa Comercial
DU-E	Declaração Única de Exportações
EaD	Educação a distância
EEN	Enterprise Europe Network
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
FCE	Fórum de Competitividade das Exportações
FET	Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras
FGE	Fundo de Garantia à Exportação

FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GT-Defesa	Grupo de Trabalho de Defesa Comercial
GTBFAC	Grupo de Trabalho de Barreiras e Facilitação de Comércio
GTDC	Grupo Técnico de Defesa Comercial
GTIP	Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público
ICC	International Chamber of Commerce
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IED	Investimento Estrangeiro Direto
II	Imposto de Importação
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Operador Econômico Autorizado
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCE	Preocupação Comercial Específica
PCFI	Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNCE	Plano Nacional da Cultura Exportadora
PPH	Acordo de Compartilhamento de Exames de Patentes
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
ProSur	Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai
Recof	Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado
Recof-Sped	Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital
Rede CIN	Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios
Reintegra	Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras
RFB	Receita Federal do Brasil
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
SEM Barreiras	Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGP	Sistema Geral de Preferências
Sica	Sistema de Integração Centro-Americana
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP	Taxa de Longo Prazo
TPP	Parceria Transpacífica
TRF	Tribunal Regional Federal
TTIP	Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia
Unctad	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

Sumário

Palavra do Presidente 8

1 Apresentação 10

2 Construção da Agenda e Mecanismos de Consulta 12

3 Contexto 16

3.1 O contexto internacional 17

3.2 O contexto doméstico 23

3.3 Impactos para 2018 frente às tendências 27

4 Ações Prioritárias da Agenda Internacional da Indústria 32

5 Influência sobre Política Comercial 34

6 Serviços de Apoio à Internacionalização 50

7 Prestação de Contas da Agenda Internacional da Indústria 2017 62

Palavra do Presidente

O desafio do aumento da competitividade e produtividade da nossa economia passa, de forma necessária, pela maior e melhor inserção internacional da nossa indústria. Um país mais ativo e integrado em cadeias de valor tem ganhos de escala, incentiva a inovação tecnológica e cria melhores empregos.

As exportações do Brasil estão em crescimento e foram fundamentais para a indústria superar a fase mais aguda da recessão. No entanto, o comércio exterior não pode ser visto como uma válvula de escape para situações de crise. O país precisa de uma estratégia permanente e consistente para garantir sua integração à economia mundial. Afinal, somos a 8ª maior economia, mas apenas o 30º maior exportador de manufaturas.

Para apoiar o governo federal e as empresas nesse processo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica a 3ª edição da Agenda Internacional da Indústria. O documento foi construído em consulta com o setor industrial, por meio do diálogo com as Federações de Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais e empresas de todos os portes.

A Agenda de 2018 apresenta 98 ações divididas em dois eixos de atuação: influência sobre a política comercial do Brasil – que vai de acordos comerciais à melhoria da logística do comércio exterior – e apoio à internacionalização, por meio da prestação de serviços às empresas, tais como capacitação empresarial e promoção de negócios.

A CNI espera que a Agenda se mantenha como o documento de referência para o debate entre o setor público e a iniciativa privada em favor da inserção internacional do país. Uma aposta firme no comércio exterior será um dos meios mais rápidos e eficazes para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento. Há muito trabalho a ser feito e nenhum tempo a perder.

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI

1 Apresentação

A Agenda Internacional da Indústria apresenta as prioridades da atuação da CNI para a inserção internacional das empresas brasileiras. O documento de 2018, sua terceira edição, reúne as visões de entidades empresariais e empresas do setor industrial, sendo composto por iniciativas em duas grandes linhas de atuação:

1. Ações de influência sobre política comercial.

2. Serviços de apoio à internacionalização de empresas.

As iniciativas desenvolvidas, no âmbito dessas duas linhas de atuação, não são estanques, tendo importante grau de complementaridade. A divisão adotada tem como objetivo facilitar a compreensão dos *stakeholders* quanto à natureza das ações desenvolvidas em cada uma delas: formulação e defesa de políticas públicas, no primeiro caso, e prestação de serviços, no segundo caso.

A Agenda está organizada em sete seções. A segunda seção apresenta seu processo de construção e os mecanismos de consulta utilizados para a identificação das prioridades. A terceira seção traz uma análise sucinta dos contextos internacional e doméstico, nos quais as ações previstas serão desenvolvidas. A quarta seção identifica, de forma resumida, as prioridades da Agenda Internacional da Indústria. A quinta seção apresenta as prioridades para as ações de influência sobre política comercial. A sexta seção reúne as prioridades no campo da prestação de serviços de apoio à internacionalização. Por fim, a sétima seção apresenta uma prestação de contas sobre a Agenda de 2017.

2 Construção da Agenda e Mecanismos de Consulta

As prioridades selecionadas neste documento são o resultado de um processo de construção em três etapas e cumprem uma das diretrizes centrais do Planejamento Estratégico da área de Assuntos Internacionais da CNI.

Primeiro, foram reunidos os pleitos levantados em mecanismos de consulta secretariados pela CNI: a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB); o Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET); o Fórum de Competitividade das Exportações (FCE); os conselhos empresariais com Argentina, BRICS, Estados Unidos e Japão; e a Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). Além disso, foram incluídos pleitos de dois grupos de trabalho: Grupo de Trabalho de Defesa Comercial (GT-Defesa) e o Grupo de Trabalho de Barreiras e Facilitação de Comércio (GTBFAC). O quadro 1, a seguir, sintetiza a composição e os objetivos dos mecanismos de consulta.

O segundo passo foi a análise dos resultados da pesquisa da CNI intitulada Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada em 2016, que contou com a resposta de 847 empresas, em sua maioria pequenos negócios.

Por fim, as prioridades passaram por um processo de crítica e validação que envolveu reuniões presenciais com diferentes grupos de *stakeholders*: Federações de Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais e empresas exportadoras de todos os portes.

Quadro 1 – Mecanismos de consulta secretariados pela área de Assuntos Internacionais da CNI

Mecanismos com foco em temas	
ceb COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA	**Coalizão Empresarial Brasileira (CEB):** reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de acompanhar e influenciar as negociações de acordos comerciais.
Fet	**Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET):** reúne empresas brasileiras com investimentos no exterior para promover políticas de apoio e facilitação de suas operações no exterior.
FCE	**Fórum de Competitividade das Exportações (FCE):** reúne grandes empresas exportadoras brasileiras – sem restrição de origem do capital – para promover o aumento da competitividade exportadora.
Mecanismos com foco na base geográfica	
Rede CIN Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios	**Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN):** reúne as 27 Federações de Indústrias dos estados e do Distrito Federal com o objetivo de promover a internacionalização das empresas brasileiras.

Mecanismos com foco em mercados estratégicos	
Comitê de Cooperação Econômica BRASIL-JAPÃO	**Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (CCE Brasil-Japão):** reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o Japão.
Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos	**Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU):** reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.
BRICS Conselho Empresarial SEÇÃO BRASILEIRA	**Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS):** reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.
CEMBRAR Conselho Empresarial Brasil • Argentina	**Conselho Empresarial Brasil-Argentina (CEMBRAR):** reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e a Argentina.

Fonte: CNI.

3 Contexto

A definição de prioridades da Agenda Internacional da Indústria 2018 ocorre em um contexto de recuperação do crescimento da atividade econômica e do comércio internacional, e de saída da recessão da economia brasileira. Ainda assim, tanto na esfera internacional, quanto na doméstica, há dúvidas em relação à sustentabilidade do processo de recuperação. No âmbito doméstico, o período pré-eleitoral e a grave situação fiscal tornam o ambiente pouco propício para a formulação de políticas públicas que envolvam custos fiscais ou projetos com implicações políticas relevantes.

3.1 O contexto internacional

A herança de 2017

O ano de 2017 iniciou-se sob o impacto de fatos no contexto internacional portadores de grande incerteza para a economia e o comércio mundiais:

(i) a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e suas ameaças protecionistas: do vasto arsenal apresentado no período de campanha, confirmaram-se a saída do país da Parceria Transpacífica (TPP), o início da renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e do acordo bilateral dos Estados Unidos com a Coreia do Sul, e o maior número de medidas de defesa comercial. A principal ameaça não cumprida refere-se às medidas de proteção contra importações da China, embora os riscos de conflito comercial entre os dois países continuem.

(ii) *Brexit*: o Reino Unido deu partida efetiva ao processo de negociação para a sua saída da União Europeia (UE). Embora tenha anunciado a preferência pelo *hard Brexit* (modelo mais radical de separação), há, ainda, pouca clareza sobre o formato que regerá as futuras relações entre o Reino Unido e o bloco.

(iii) Protecionismo nos investimentos estrangeiros diretos (IEDs): o crescimento dos investimentos chineses em ativos estratégicos em países desenvolvidos tem suscitado medidas de proteção, como os mecanismos de *screening*.

(iv) Riscos geopolíticos: a elevada tensão no Leste da Ásia gerada pelas ameaças da Coreia do Norte e pelos conflitos entre a China e os seus vizinhos referente à soberania marítima.

(v) Organização Mundial do Comércio (OMC): seguiu sua trajetória de "quase paralisia" em 2017, tendo a Reunião Ministerial de Buenos Aires terminado sem qualquer resultado efetivo.

Ainda que o ano tenha sido dominado por vetores desfavoráveis à integração internacional, não se pode deixar de registrar alguns eventos positivos:

(i) China: buscou apresentar-se como líder da globalização, assumindo o vazio deixado pela nova postura protecionista e nacionalista americana. O projeto *One Belt, One Road*, lançado pelo país em 2017, deverá trazer crescimento importante nos investimentos diretos em infraestrutura e em alguns setores estratégicos, com impactos potencialmente positivos para o comércio mundial.

(ii) UE: o bloco fez progressos em dois acordos relevantes – ratificou o acordo com o Canadá e concluiu o acordo de livre comércio com o Japão. Este último está em fase de análise da coerência jurídica e de tradução para ser posteriormente submetido à ratificação pelo Parlamento Europeu, pelos Estados-Membros do bloco e pelo Japão.

(iii) Eleições na França e na Alemanha: os piores receios de explosão de uma "bolha populista" na Europa foram afastados, embora haja riscos em eleições futuras nos dois países..

A resultante da atuação dos diferentes vetores que impactaram a economia e o comércio mundiais em 2017 foi menos negativa do que se temia no início do ano.

De fato, apesar do ambiente de incertezas que dominou o cenário internacional, o crescimento do produto interno bruto (PIB) e do comércio mundial superou os resultados do ano anterior e as expectativas das organizações internacionais. A característica mais marcante da recuperação atual é a convergência de desempenhos positivos nas maiores economias do mundo, com expansão de investimentos, comércio, produção industrial e emprego, e melhoria da confiança dos consumidores e das empresas.

De acordo com o *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI), de outubro de 2017, o crescimento do PIB mundial em 2017 será de 3,6%, sendo 2,2% nos países desenvolvidos e 4,6% nos países em desenvolvimento. Essas previsões representaram uma ligeira melhoria em relação às previsões anteriores e são resultantes de revisões para cima do crescimento da Zona do Euro, da China e do Japão, e do fim da recessão no Brasil e na Rússia.

O comércio internacional, que havia mostrado fraco desempenho em 2016, crescendo apenas 2,4% naquele ano, deverá crescer 3,6% em 2017, levando a relação entre as taxas de crescimento da renda e do comércio mundiais para um nível um pouco acima de 1. Com isso, o comércio volta a crescer pouco acima do PIB, mas a relação entre as duas taxas de crescimento ainda está muito abaixo da média histórica de 2,1, no período de 1986 a 2007.

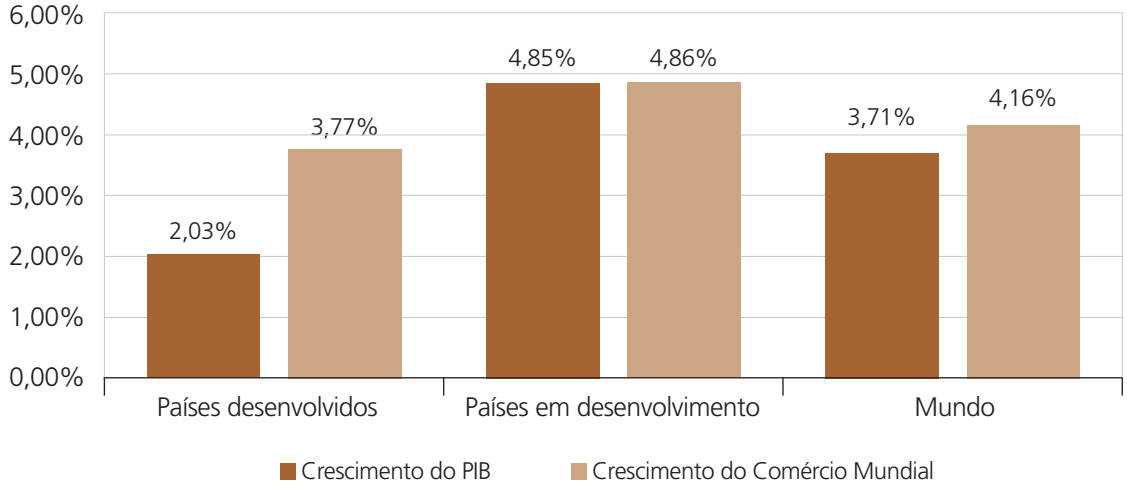
Dentre os principais motores do maior vigor do comércio mundial estão a recuperação do crescimento dos gastos de consumo e, em particular, dos investimentos.

As perspectivas para 2018

As perspectivas para o cenário internacional em 2018 envolvem um grau de incertezas menor em relação ao início de 2017. Ainda assim, há muitas dúvidas acerca da sustentabilidade da recuperação cíclica da economia mundial, iniciada há um ano.

Tanto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), quanto o FMI, revisaram em 0,1% para cima suas projeções de crescimento da economia mundial para 2018, em relação às previsões anteriores. As duas instituições projetaram, em outubro de 2017, crescimento de 3,7% para e economia mundial em 2018, sendo que o FMI prevê crescimento de 2% para os países desenvolvidos e de 4,8% para os em desenvolvimento.

Gráfico 1 – Crescimento da economia e do comércio mundiais em 2018



Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, out. 2017.

O ciclo de crescimento econômico nos países desenvolvidos mostra um grau de sincronia que não era observado há tempos. A projeção do FMI para o crescimento da economia dos Estados Unidos é de 2,3% em 2018, supondo que não haja surpresas significativas na política econômica do governo Trump. Em um prazo mais longo, o desempenho do país deverá arrefecer-se com os limites impostos pelo fraco crescimento da produtividade e da força de trabalho americanas.

Para a Zona do Euro, o FMI prevê um crescimento de 1,9% em 2018, 0,2% inferior ao projetado para 2017. Assim como nos Estados Unidos, a manutenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico na Zona do Euro está limitada pelo fraco desempenho da produtividade e da disponibilidade de mão de obra e, em alguns países, pelo elevado endividamento público e privado. Para o Reino Unido, as previsões estão sendo revistas para baixo, uma vez que a depreciação da libra esterlina teve impacto negativo sobre o poder de compra das famílias e as incertezas em torno da negociação para o *Brexit* continuam elevadas.

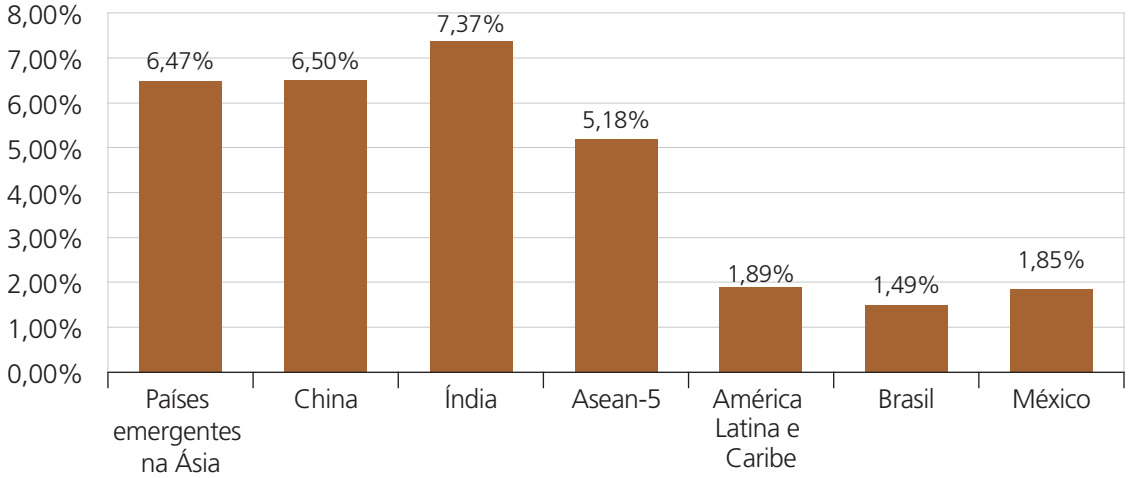
No Japão, a recuperação do crescimento em 2017, apoiada por medidas de política econômica para a sustentação da demanda, deve perder fôlego em 2018, com projeção de expansão de 0,7%. No médio prazo, a contração da força de trabalho permanece como um obstáculo ao crescimento sustentado da atividade econômica.

As previsões do FMI, em outubro, para o conjunto dos países em desenvolvimento, foram ajustadas em 0,1% para cima (4,9% em 2018) em relação àquelas de abril de 2017. Ao contrário dos países desenvolvidos, nos países emergentes e em desenvolvimento, não há sincronia. A Ásia segue com ritmo acelerado de expansão, enquanto a América Latina, a África Subsaariana e o Oriente Médio continuam a decepcionar.

Embora o crescimento projetado para a China em 2018 (6,5%) seja menor do que para 2017 (6,8%), é superior ao que era esperado em abril de 2017. A revisão para cima deu-se em função da expectativa de que as autoridades chinesas manterão uma combinação de políticas econômicas expansionistas, de modo a atingir a meta de dobrar o PIB a preços constantes, entre 2010 e 2020.

Na Índia, a evolução de algumas reformas estruturais, particularmente a tributária, deverá continuar impulsionando o crescimento acelerado, previsto para 7,4% em 2018 e para acima de 8% no médio prazo. Os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean-5) também deverão manter taxas de crescimento expressivas, impulsionadas pela demanda da China e da Europa.

Gráfico 2 – Previsão de crescimento nos Países em desenvolvimento em 2018



Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, out. 2017.

Em contraste, o conjunto dos países da América Latina e Caribe, que apresentou contração em 2016 de 1%, deverá crescer 1,2% em 2017 e 1,9% em 2018. Embora em trajetória ascendente, as taxas de crescimento previstas para a região são significativamente inferiores às da Ásia. De todo modo, é curioso notar que, ao contrário do período recente, durante o qual o crescimento foi muito heterogêneo entre os maiores países da região, para 2018

as projeções são mais homogêneas: 1,5% no Brasil, 1,9% no México, 2,5% na Argentina, 2,5% no Chile e 3,5% na Colômbia.

No grupo de países da América Latina, chama atenção a gradual recuperação da Argentina, que parece entrar em um período de crescimento moderado, mas sustentado.

Para a África Subsaariana, o FMI projeta crescimento de 3,4% em 2018, muito superior aos 2,6% de 2017. Os países exportadores de petróleo, que enfrentaram forte retração em 2016, começam a se recuperar, ainda que com taxas de crescimento relativamente baixas (casos de Angola e Nigéria). Na África do Sul, as incertezas políticas continuam limitando o crescimento, apesar da melhora nos preços das *commodities* exportadas e do bom desempenho da produção agrícola. Já nos países importadores de petróleo, a projeção de crescimento é de 4,4% em 2018, acima dos 3,9% projetados para 2017.

Comércio e investimentos em 2018

As projeções do FMI para o crescimento do comércio mundial, medido pelo volume das importações de bens e serviços, são de 4,2% para 2018, sendo 3,8% nos países desenvolvidos e 4,9% nos países em desenvolvimento[1]. Embora o crescimento do comércio tenha sido robusto no início de 2017, ajudado em parte pelo retorno da política econômica expansionista na China, no segundo trimestre do ano, houve uma desaceleração do crescimento, o que pode sugerir o retorno para um ritmo de crescimento mais moderado em 2018. As projeções para 2018 indicam uma razão entre crescimento do comércio e do PIB mundial em torno de 1,2.

Como aponta a OCDE, o crescimento mais lento do comércio pode responder a fatores cíclicos, como a fraca demanda por atividades de investimentos intensivas em comércio, mas também a fatores mais estruturais relacionados ao arrefecimento no processo de fragmentação da produção e nas operações das cadeias globais de valor.

No campo das negociações comerciais, apesar da celebração do acordo entre a UE e o Japão, as incertezas persistem: o Nafta sendo renegociado; os Estados Unidos, que vêm minando a capacidade da OMC de atuar como foro de liberalização do comércio e, mais recentemente, até mesmo de cumprir seu papel de solucionar controvérsias; e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) paralisada, sem nenhuma nova iniciativa de negociação relevante a se iniciar.

1. A OMC prevê crescimento do comércio de apenas 3,2% em 2018, com um intervalo de 1,4% a 4,4%. No entanto é importante notar que o crescimento para a economia mundial previsto pela OMC para 2018 também é muito inferior ao apresentado pelo FMI: 2,8%.

A OCDE também chama a atenção para o nível de investimento ainda baixo para sustentar o crescimento contínuo da produtividade. A disposição para investir vem sendo afetada por um conjunto de fatores, entre os quais se destacam:

(i) Os riscos herdados de 2017: protecionismo e conflitos comerciais, tensões geopolíticas e impactos do *Brexit*.

(ii) A emergência de novos riscos: o fim de políticas monetárias expansionistas nos países desenvolvidos, com impactos sobre fluxos internacionais de capitais; riscos ligados ao crescimento da dívida interna chinesa; e a reforma tributária nos Estados Unidos e impactos sobre os investimentos internacionais.

As perspectivas para o médio prazo na economia mundial

O FMI prevê que as taxas de crescimento econômico aumentem marginalmente após 2018, alcançando 3,8% em 2021. Como os países desenvolvidos devem convergir para o crescimento potencial em torno de 1,7% ao ano, o crescimento adicional do PIB mundial deve vir dos países em desenvolvimento. Para esses países, o crescimento projetado é de 5% em 2021, com crescente importância na atividade global.

Essas previsões têm como hipótese o maior crescimento nos países exportadores de *commodities*, embora a taxas inferiores ao período do *boom* dos preços internacionais entre 2000 e 2015; crescimento sustentado da Índia, impulsionado por reformas domésticas; e um crescimento menor, mas relevante, na China.

Com base nas previsões do FMI, há três cenários para a economia mundial em um horizonte de tempo de três anos:

i) Otimista: as quatro maiores economias do mundo (China, Estados Unidos, Japão e Zona do Euro) implementam reformas estruturais capazes de garantir crescimento e dissipar as vulnerabilidades financeiras. Este cenário torna possível que o crescimento cíclico seja potencializado no médio prazo.

ii) Pessimista: essas economias falham na implementação das reformas, com o governo Trump avançando no seu programa econômico, com cortes de tributos que aumentam o déficit fiscal e a dívida pública, protecionismo comercial e barreiras à imigração. Nesse cenário, o crescimento será muito baixo – possivelmente com recessão e crise financeira.

iii) Intermediário (provável): essas economias implementam parcialmente as reformas necessárias, evitando os piores riscos (o *hard landing* da China, por exemplo) e o governo Trump segue sua política econômica de modo volátil e pouco efetivo, mantendo limitado o crescimento do produto potencial.

O risco do terceiro cenário, de reformas estruturais limitadas nos países centrais, não é apenas o do baixo crescimento, mas a manutenção de um equilíbrio instável que torna o mundo vulnerável a choques econômicos, financeiros e geopolíticos. Esse é um cenário provável e que mantém elevado grau de incertezas.

Do ponto de vista do comércio internacional, as perspectivas de médio prazo dependem em grande medida do cenário para o crescimento econômico global. No entanto, dois eventos opostos deverão atuar de forma decisiva. De um lado, as ameaças protecionistas do governo Trump e seus impactos para o regime internacional de comércio. De outro lado, as perspectivas para o projeto *One Belt, One Road*, liderado pela China, que deverá ter impacto elevado e positivo para os países diretamente envolvidos, mas também para os exportadores de *commodities*, tais como o Brasil. Além de seus impactos diretos sobre o comércio e os investimentos, esse projeto poderá ter efeitos geopolíticos relevantes, aumentando o peso da China como ator internacional.

3.2 O contexto doméstico

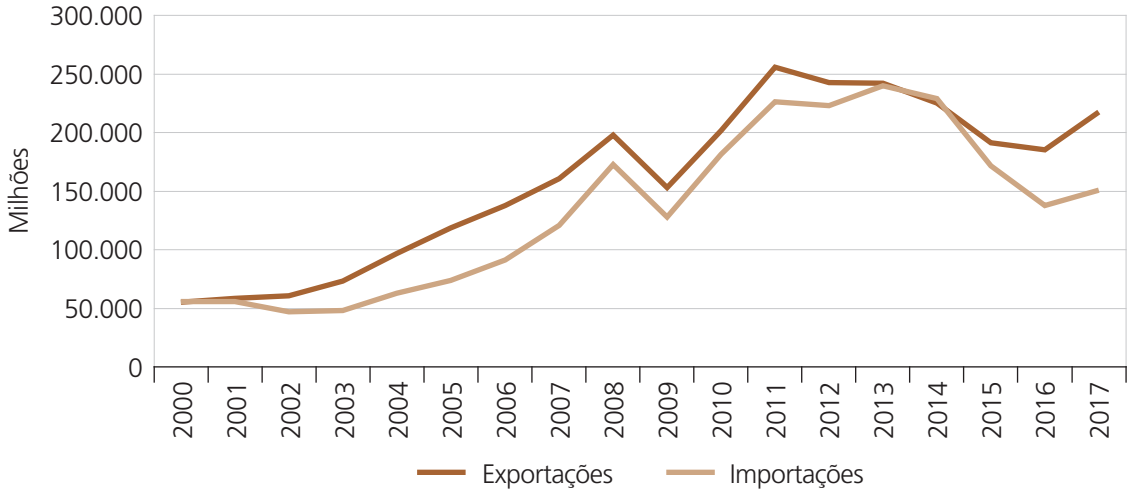
A herança de 2017

No Brasil, o ciclo de aguda recessão chegou ao fim, com a economia voltando a crescer, porém a taxas modestas (entre 0,5% e 1%). A recuperação do consumo das famílias, estimulado pela liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pela redução das dívidas, foi o principal motor, que também contou com o bom desempenho da agricultura e das exportações.

O recuo acentuado da inflação ajudou a estabilizar a taxa de câmbio real e abriu espaço para a redução da taxa de juros básica da economia, com expressiva contribuição para a situação fiscal do país.

Como as exportações cresceram a taxas significativamente superiores às importações, 18% contra 10% em média, a balança comercial acumulou saldo recorde de US$ 67 bilhões em 2017, contribuindo também para a recuperação do crescimento da economia.

Gráfico 3 – Exportações e importações brasileiras de 2000 a 2017

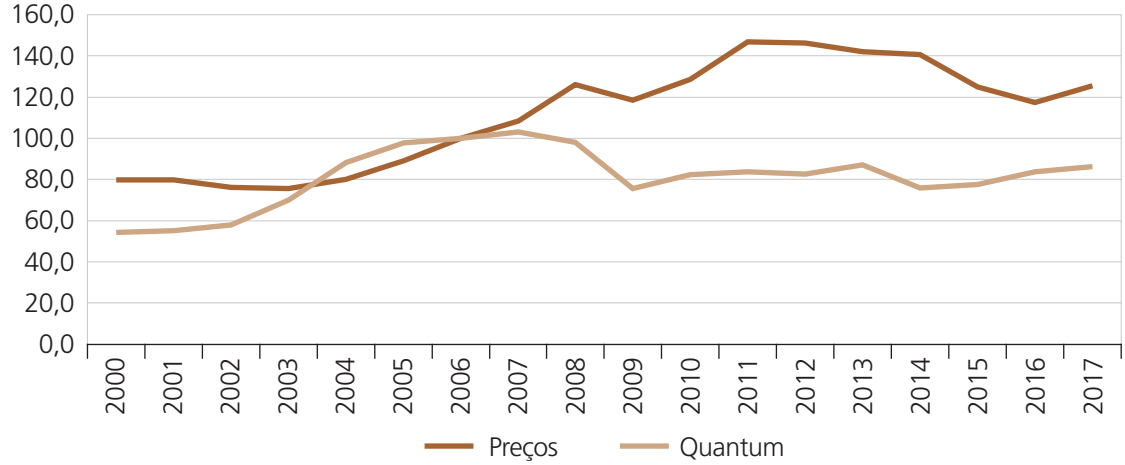


Fonte: Secex/MDIC.

O crescimento das exportações foi "puxado", em boa medida, pelo bom desempenho das vendas de produtos básicos, que cresceram 29% em relação a 2016, embora a expansão das receitas com as exportações de semimanufaturados (12%) e de manufaturados (9%) também tenha dado contribuição relevante.

O aumento dos preços internacionais das *commodities*, principalmente do minério de ferro e da soja, contribuiu para o crescimento, em valor, das exportações em 2017. As quantidades exportadas também aumentaram. Os preços em dólares dos manufaturados exportados pelo Brasil cresceram 5,6%, enquanto as quantidades exportadas aumentaram apenas 1,7%, taxa inferior a apresentada em 2016 (3%).

Gráfico 4 – Exportações de produtos manufaturados: índices de preços e *quantum*



Obs.: os índices relativos a 2017 são mensais. Fonte: FUNCEX.

Em 2017, a economia brasileira continuou apresentando situação confortável no balanço de pagamentos com ingresso de investimentos estrangeiros diretos de US$ 70,3 bilhões, embora seja importante registrar que esse valor inclui remessas de subsidiárias de empresas brasileiras

no exterior para suas matrizes no Brasil e significativos empréstimos entre as matrizes das transnacionais e suas filiais no país.

Do lado dos investimentos brasileiros no exterior, crescem os anúncios de desinvestimentos de empresas líderes na internacionalização (petróleo e gás, siderurgia, engenharia, entre outras). No entanto, há indícios de crescimento do investimento de empresas brasileiras de médio porte no exterior, o que pode sugerir a consolidação de uma tendência de diversificação setorial da atividade.

No campo da formulação da política econômica que afeta as exportações, a questão central continua sendo a fragilidade da situação fiscal e as dificuldades de avançar em função do quadro político. Nesse contexto, foi possível elevar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra) de 0,1% em 2016 para 2% em 2017. No entanto, a política comercial e industrial seguiu fortemente condicionada pela prioridade fiscal: a alíquota do regime, que deveria ser elevada para 3% em 2018, foi mantida em 2%.

Outra medida com impacto sobre os custos da indústria foi a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – que vigorava em boa parte dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – pela Taxa de Longo Prazo (TLP), que implicará a redução do subsídio implícito nos empréstimos do banco.

A derrota do Brasil na primeira fase da disputa iniciada no órgão de solução de controvérsias da OMC pela UE e o Japão, contra sete programas brasileiros de política industrial, também terá impactos relevantes sobre o desenho futuro dos mecanismos de apoio à indústria.

O Inovar-Auto, programa de incentivos à indústria automotiva, expirou em dezembro de 2017 e não foi renovado. Há divergências entre os diversos órgãos governamentais sobre o desenho do Programa Rota 2030, elaborado para substituir o Inovar-Auto. A derrota na OMC, as restrições fiscais e as diferenças de visão no governo lançam dúvidas sobre esse tipo de instrumento no Brasil.

Nesse período, a política comercial esteve focada em áreas com baixo impacto fiscal: promoção de negócios, facilitação de comércio e negociações comerciais. Dentre essas, a entrada em operação do novo módulo de exportações do Portal Único de Comércio Exterior foi um dos principais avanços.

Na área de negociações comerciais, as atenções estiveram voltadas para os acordos entre Brasil e México e entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a UE. Enquanto a primeira frente avançou apenas na parte de regras, na segunda a expectativa de conclusão de um "acordo político", que seria anunciado durante a Reunião Ministerial da OMC em Buenos Aires, em dezembro de 2017, foi frustrada. As negociações prosseguem, sem que se tenha definido formalmente uma nova data como meta para o anúncio do "acordo político".

Uma iniciativa de impacto relevante para o processo regulatório e de modernização institucional do Brasil foi o pedido, pelo país, de acessão à OCDE. Ainda que a aceitação tenha sido adiada pelo Conselho da organização, o pedido é uma indicação positiva sobre os rumos que o processo regulatório no Brasil pode tomar. Enquanto a decisão não vem, o governo brasileiro continua ampliando a adesão a instrumentos da OCDE.

As perspectivas para 2018

As principais incertezas para 2018[2] estão no campo da política. Ao conturbado cenário político doméstico, somam-se as turbulências típicas de um processo eleitoral polarizado. Apesar disso, a economia brasileira deve consolidar trajetória de crescimento moderado em 2018, com o PIB e a produção industrial crescendo ao ritmo de 2,7%.

Os investimentos industriais voltados para a expansão da capacidade produtiva continuam limitados pelo quadro de incertezas. Ainda assim, a ociosidade da capacidade instalada permitirá crescimento da produção com inflação baixa (4%).

Com uma posição externa confortável no balanço de pagamentos – déficit em conta corrente de 0,7% do PIB em 2017 contra 4,2% três anos antes, financiado pelos fluxos de investimentos diretos no país –, há pouca pressão sobre a taxa de câmbio. Nesse contexto, projeta-se uma trajetória de estabilidade para a taxa de câmbio de R$ 3,30 em relação ao dólar, acompanhando a inflação esperada para 2018.

O saldo da balança comercial deverá ficar em torno de US$ 50 bilhões, abaixo dos US$ 67 bilhões registrados em 2017, em função do maior dinamismo da demanda doméstica. Para os investimentos diretos no país, estima-se um total de US$ 80 bilhões em 2018, superior aos US$ 70,3 bilhões registrados em 2017.

No âmbito das políticas que podem afetar a Agenda Internacional da Indústria em 2018, a principal questão continua a ser a forte restrição fiscal. Em um ano eleitoral, não se pode esperar reformas relevantes, mas é provável que a administração da política fiscal se dê por meio de:

(i) Medidas pontuais para a elevação da arrecadação tributária.

(ii) Congelamento do Reintegra em 2%.

(iii) Reoneração da folha de pagamentos para a maioria dos setores.

(iv) Privatizações de empresas e concessões de serviços públicos.

Nesse contexto, as políticas comercial e industrial devem seguir sob o signo da restrição fiscal, dificultando a adoção de instrumentos de política que tenham impacto sobre os gastos públicos e/ou desoneração tributária.

Em um ano eleitoral, também é menos provável que a agenda de negociações comerciais incorpore novas e ambiciosas iniciativas. A tentativa de se chegar a um "acordo político" nas negociações com a UE deverá continuar no início de 2018. Para além das negociações

2. As projeções apresentadas nesta seção baseiam-se no Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central.

com os europeus, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) autorizou o início de negociações com o Canadá e a Coreia do Sul. É possível que os negociadores façam esforços para avançar em outras iniciativas, tais como o acordo Brasil-México, com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e o aprofundamento do acordo de preferências fixas com a Índia.

A perspectiva de início das negociações para ingresso do Brasil na OCDE poderá ter impacto significativo na agenda das entidades empresariais. Caso a solicitação do país seja aceita, fato que pode ocorrer em meados de 2018, deve-se esperar a explicitação dos requisitos pela organização. O processo de negociação deve durar ao menos três anos e terá implicações para as políticas nas áreas de comércio exterior e investimentos.

Os cenários de médio prazo para a economia brasileira dependem, fundamentalmente, das perspectivas eleitorais na disputa pela Presidência da República. As posições no extremo do espectro político, que tendem a prevalecer em caso de polarização acentuada da eleição, priorizam estratégias mais defensivas e isolacionistas em termos de inserção internacional. Já o fortalecimento do centro implicaria políticas em linha com as estratégias de mais abertura.

3.3 Impactos para 2018 frente às tendências

A Agenda Internacional da Indústria 2018 incorpora objetivos permanentes voltados para a maior e melhor inserção internacional do setor industrial brasileiro no mundo. Esses objetivos estão relacionados, de um lado, a reformas de caráter estrutural, essenciais para nivelar o campo de jogo enfrentado pela indústria brasileira na competição internacional, e, de outro lado, à provisão de serviços que permitam às empresas brasileiras capturar as melhores oportunidades no mercado mundial.

No entanto, as estratégias para alcançar esses objetivos permanentes não estão imunes às mudanças de contexto e à evolução da conjuntura doméstica e externa. Os desafios de adaptação das ações prioritárias à Agenda são ainda maiores em um ano de polarização eleitoral. A sintética análise do contexto realizada na seção anterior indica que as seguintes tendências devem ser levadas em consideração na execução da Agenda Internacional da Indústria 2018.

Do contexto internacional

Quadro 2 – Tendências e impactos do contexto internacional em 2018 sobre a Agenda Internacional da Indústria

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
- Crescimento moderado, mas em ascensão, da economia e do comércio mundiais. - Convergência no crescimento econômico de países desenvolvidos.	- Inteligência comercial para identificação de mercados mais promissores para produtos específicos. - Capacitação e sensibilização empresarial. - Manutenção dos acordos comerciais no centro da política comercial.
- Crescimento elevado nos países da Ásia.	- Inteligência comercial com foco em China, Índia e Asean. - Promoção de negócios na China - Identificação de barreiras ao comércio na China, na Índia e Asean. - Identificação de interesses para negociações com a Asean. - Aprofundamento do acordo de preferências comerciais com a Índia.
- Crescimento na América Latina, com recuperação na Argentina e nova fase do Mercosul.	- Atenção à agenda bilateral Brasil-Argentina, com foco na implementação de medidas visando ao livre comércio. - Aprofundamento da agenda de integração do Mercosul. - Promoção de negócios na Argentina, Colômbia e Chile. - Ações para melhoria do ambiente para investimentos brasileiros na Argentina.

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
- Recuperação do crescimento nos países exportadores de *commodities* na África.	- Inteligência comercial para identificação de oportunidades de negócios nos mercados africanos.
- Riscos de intensificação do protecionismo, em particular nos Estados Unidos. - Incertezas e fraco movimento nos foros internacionais.	- Ênfase no monitoramento e remoção de barreiras externas ao comércio e aos investimentos. - Acompanhamento e recurso a contenciosos na OMC. - Aumento do apoio ao exportador em defesa comercial. - Foco em negociações preferenciais do Brasil com maior possibilidade de êxito e mercados em crescimento.
- *One Belt, One Road*: iniciativa chinesa com impacto sobre investimentos e comércio no longo prazo.	- Análise de mercados e oportunidades comerciais com países beneficiados pela iniciativa. - Estudos de mercados com foco nas oportunidades para o Brasil dos investimentos em infraestrutura e logística no âmbito da iniciativa.

Do contexto doméstico

Quadro 3 – Tendências e impactos do contexto doméstico sobre a Agenda Internacional da Indústria

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
- Crescimento moderado da demanda doméstica.	- Manutenção da política comercial como eixo fundamental da política econômica. - Relevância dos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar o início e a permanência da exportação de PMEs. - Reforço do portfólio de serviços voltado à conversão de empresas não exportadoras, com foco em assessoria e consultoria e capacitação empresarial.
- Restrição fiscal.	- Facilitação do comércio de bens e serviços. - Aperfeiçoamento e simplificação burocrática de mecanismos de desoneração tributária. - Desburocratização e simplificação na concessão de financiamento e garantias às exportações. - Otimização de recursos por meio de parcerias com órgãos de governo, do Sistema S e de organizações internacionais.
- Diversificação do investimento direto brasileiro com maior participação de empresas de porte médio.	- Iniciativas de apoio à internacionalização de empresas brasileiras. - Agenda tradicional combinada com medidas voltadas ao acesso a informações e defesa de interesses nos países de destino dos investimentos.

Tendências	Impactos sobre a Agenda Internacional da Indústria
- Negociações para o ingresso do Brasil na OCDE.	- Aprofundamento do conhecimento sobre a normativa da OCDE em áreas de interesse para o setor privado brasileiro. - Acompanhamento das negociações para o ingresso do Brasil na OCDE. - Elaboração de recomendações para o governo brasileiro a fim de tornar as regulações que envolvem comércio e investimentos diretos compatíveis com a OCDE. - Adaptação da legislação tributária para investimentos diretos à normativa da OCDE.
- Período de campanha eleitoral.	- Conclusão de acordos comerciais relevantes que representem resultados nessa área de política e mobilização empresarial para defesa de interesses da indústria nas negociações. - Elaboração de propostas na área de comércio exterior e trabalho para manter centralidade da política comercial e dos serviços de apoio à internacionalização.

4 Ações Prioritárias da Agenda Internacional da Indústria

Para que as empresas possam usufruir os benefícios da melhoria das políticas públicas, é preciso que elas estejam informadas sobre tais políticas e capacitadas a ingressar no mercado internacional. Por sua vez, os entraves e dificuldades enfrentados pelas empresas no processo de internacionalização alimentam a formulação de propostas para a política comercial brasileira.

O quadro a seguir resume as prioridades para 2018 nas duas grandes linhas de atuação da CNI na área de Assuntos Internacionais, influência sobre política comercial e serviços de apoio à internacionalização.

É importante ressaltar que a CNI acolheu apenas propostas que estão em acordo com a Constituição Federal e com as normas internacionais às quais o Brasil aderiu, em particular os acordos do Mercosul e da OMC.

Quadro 4 – Agenda Internacional da Indústria – temas prioritários para 2018

Influência sobre política comercial
- Acordos comerciais
- Barreiras em terceiros mercados
- Investimentos brasileiros no exterior
- Facilitação e desburocratização do comércio exterior
- Logística e infraestrutura do comércio exterior
- Tributação no comércio exterior
- Financiamento e garantias às exportações
- Defesa comercial
Serviços de apoio à internacionalização
- Plano de internacionalização
- Capacitação e sensibilização empresarial
- Inteligência comercial
- Promoção de negócios
- Carnê de admissão temporária
- Adequação de embalagem para exportação
- Programas de internacionalização
- Certificados para exportação
- Promoção e atração de investimentos

5 Influência sobre Política Comercial

Acordos comerciais

A ampliação e a melhoria da rede de acordos comerciais do Brasil mantêm-se como prioridade na Agenda Internacional da Indústria, tema em que a CNI atua desde os anos de 1990. A maior inserção do Brasil, por meio de acordos estratégicos, é o caminho para aumentar o acesso a mercados das exportações de bens e serviços do país e para impulsionar reformas internas, a competitividade industrial e a produtividade da economia.

Além do acesso a mercados, os acordos comerciais definem regras e disciplinas que dão maior previsibilidade, estabilidade e segurança jurídica ao ambiente de negócios entre os países envolvidos. Os acordos servem, ainda, para evitar discriminações entre parceiros, dando condições iguais de competição em mercados prioritários e facilitando o comércio e o fluxo de investimentos.

Após um período longo em que o Brasil se manteve à margem das negociações de acordos preferenciais de comércio, o tema voltou à agenda e consolidou-se após o lançamento do Plano Nacional de Exportações 2015-2018, sob o eixo de acesso a mercados. O ano de 2017 foi marcado pelo grande avanço nas negociações entre Mercosul e UE, porém com frustração no final do ano quando se esperava o anúncio do "acordo político" entre os dois bloco. Ainda no âmbito extrarregional, Mercosul e EFTA lançaram negociações e promoveram rodadas de negociação para um acordo de livre comércio.

Na América do Sul, as presidências no Mercosul de Argentina e Brasil resultaram na celebração do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) e na renegociação do Protocolo de Compras Públicas. O Brasil também deu continuidade às negociações de compras governamentais com Chile e Colômbia. A renegociação do acordo comercial com o México, prioridade para a indústria, caminha a passos mais lentos e espera-se maior velocidade em 2018. No âmbito multilateral, o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) entrou em vigor e a Reunião Ministerial da OMC, em dezembro de 2017, manteve a estratégia de tratar de temas menos sensíveis e teve resultados tímidos e mais relacionados a mandatos negociadores.

O Brasil, ainda, celebrou quatro Acordos de Compartilhamento de Exame de Patentes (PPHs) com China, Europa, Japão e ProSur (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai). Na agenda com os países que compõem os BRICS, houve avanços na área de facilitação de vistos (*E-visa* com a Índia e acordo de vistos com a China) e assinaram-se compromissos para redução da burocracia do comércio nos portos (*e-Port Network*).

Prioridades para 2018

1. **UE:** defender a conclusão do acordo entre o Mercosul e a UE e sua internalização, tanto nos países do Mercosul, quanto nos países da UE.

2. **México:** defender a conclusão das negociações de um acordo de livre comércio – ou de um acordo parcial, o mais amplo possível na cobertura de bens entre o Brasil e o México –, além da inclusão das disciplinas mais relevantes para a indústria, incluindo regras de origem, barreiras técnicas, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e serviços.

3. **Mercosul:** apresentar e defender propostas para avançar nos temas econômicos e comerciais, sobretudo a negociação de acordos intrabloco e o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do bloco; e trabalhar pela internalização, no Brasil e nos demais países do Mercosul, do PCFI e do Protocolo de Compras Públicas.

4. **América do Sul e Aliança do Pacífico:** apresentar e defender propostas para o aprofundamento dos acordos com Chile e Colômbia no tema de compras governamentais e o avanço na aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico nos temas de facilitação de comércio e regras de origem.

5. **Estados Unidos:** disseminar os benefícios e a importância, para o setor privado, de um acordo comercial envolvendo o Brasil e os Estados Unidos; e defender a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) americano com a manutenção do Brasil como país beneficiário.

6. **Outras negociações:** disseminar, junto ao governo brasileiro, os interesses do Brasil e defender a abertura de negociações comerciais com África do Sul, Canadá, Irã, Japão e Sistema de Integração Centro-Americana (Sica); apoiar o setor privado na construção de ofertas e posicionamentos sobre as negociações em andamento, entre Mercosul-EFTA e Mercosul-Índia; e avaliar interesses ofensivos brasileiros nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) ou Asean.

7. **OCDE:** contribuir com a elaboração de posições da indústria para a acessão do Brasil à OCDE, sobretudo nos principais temas que envolvem comércio, investimentos e tributação internacional; e defender junto às congêneres da CNI no exterior o apoio aos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.

8. **OMC:** monitorar as negociações na OMC e aprofundar as posições da indústria à luz do documento de posição de 2017.

9. **Movimentação de pessoas:** defender a facilitação de viagens para BRICS, Estados Unidos e Japão.

10. **Propriedade intelectual:** apoiar o processo para tornar permanente e incluir todos os setores nos PPHs com China, Estados Unidos, Europa, Japão e Prosur, sendo que esse último já é abrangente; defender a assinatura de novos acordos com a Coreia do Sul; e defender a internalização do Sistema de Madri para o Registro Internacional de Marcas (Protocolo de Madri).

11. **Internalização dos acordos:** defender, junto aos poderes Executivo e Legislativo, a aprovação célere dos acordos já assinados e monitorar o tempo para entrada em vigor desses acordos.

Barreiras em terceiros mercados

As barreiras ao comércio e aos investimentos estão tornando-se cada vez mais sofisticadas e difíceis de serem identificadas. O esforço contínuo de identificação, sensibilização, capacitação, monitoramento e gestão para superação das barreiras é essencial para o acesso a mercados dos bens, serviços e investimentos brasileiros.

De um lado, as barreiras tarifárias estão sendo reduzidas gradualmente por meio de acordos comerciais, embora ainda existam tarifas significativas em diversos mercados, principalmente para bens agrícolas. De outro lado, as barreiras não tarifárias seguem o fluxo contrário, com aumento em número e tipo, com destaque para barreiras relacionadas à sustentabilidade. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou que apenas as barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias já reduzem em cerca de 14% as exportações brasileiras.

A diversidade das barreiras comerciais e aos investimentos abrange a competência de diferentes órgãos do governo brasileiro. Desse modo, para que, de fato, haja uma estratégia nacional para identificação, monitoramento e superação desses entraves, é fundamental maior coordenação intergovernamental.

Do ponto de vista dos avanços, em 2017, houve o lançamento do Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras (SEM Barreiras), iniciativa liderada pelo MDIC que envolve outros órgãos do governo federal. No âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), houve o lançamento da Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, mecanismo para discussão sobre o impacto de normas de sustentabilidade e padrões privados nas empresas.

Além disso, foi positivo o aumento, pelo Brasil, do número de Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) levantadas nos comitês da OMC de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Houve, no entanto, poucos resultados na agenda de cooperação regulatória bilateral.

Prioridades para 2018

1. **Sensibilização do setor privado:** sensibilizar associações setoriais, sindicatos patronais nacionais e empresas sobre barreiras comerciais e aos investimentos, com intuito de identificar novos entraves às exportações e investimentos, por meio da organização de reuniões e eventos, e da disseminação do manual de barreiras e do curso de ensino a distância (EaD).

2. **Qualificação de barreiras:** qualificar, pelo menos, 30 casos de barreiras identificadas pelo setor privado por meio de análise técnica e legal, assim como apontar possíveis soluções a serem apresentadas aos órgãos governamentais; e atuar na defesa de interesses tanto no plano doméstico quanto no internacional, de forma bilateral ou multilateral.

3. **Grupo de Trabalho de Barreiras na Camex:** defender a criação de um grupo de trabalho de barreiras no âmbito da Camex com o objetivo de aprimorar a coordenação do tema no âmbito do governo brasileiro.

4. **Sistema Eletrônico de Monitoramento SEM Barreiras:** disseminar a utilização e inserir e acompanhar o tratamento das barreiras identificadas pelo setor privado no SEM Barreiras.

5. **Mecanismo de Investigação de Barreiras:** defender a criação, pelo Brasil, de um Mecanismo de Investigação de Barreiras que permita ao setor privado solicitar, por meio de petição ao governo brasileiro, a investigação formal de barreiras identificadas em mercados externos.

6. **Adidos de Indústria e Comércio:** defender a criação da função de adidos de indústria e comércio vinculada ao MDIC, para atuação em mercados prioritários no exterior.

7. **Participação do setor privado nos comitês da OMC:** trabalhar junto ao governo brasileiro para que o setor privado participe dos comitês TBT e SPS da OMC com o intuito de apoiar tecnicamente a apresentação de novas PCEs.

8. **Contenciosos na OMC:** monitorar, de forma ativa, os contenciosos dos quais o Brasil é parte demandada ou demandante, em particular àqueles envolvendo a política industrial brasileira, por meio da articulação entre os setores público e privado, incluindo a realização de *briefings* periódicos.

9. **Mecanismos governamentais bilaterais:** identificar e incluir os pleitos de superação de barreiras às exportações e aos investimentos nos diálogos bilaterais coordenados pelo governo brasileiro.

10. **Cooperação regulatória:** defender a ampliação das iniciativas de convergência regulatória com Argentina, Estados Unidos e União Europeia para setores identificados junto ao governo brasileiro.

Investimentos brasileiros no exterior

Os investimentos brasileiros no exterior trazem benefícios à empresa investidora e à economia do país. Essa atividade, muitas vezes, não é uma escolha, mas um imperativo ditado pela concorrência internacional. Não realizar tais investimentos pode acarretar perda de posição frente aos competidores, com impacto negativo no emprego e na competitividade da própria economia brasileira.

Estudos de caso conduzidos com multinacionais brasileiras e estrangeiras demonstram que investir fora permite que as empresas acessem novos mercados, sejam mais exportadoras, produtivas e inovadoras, e ampliem a contração de mão de obra qualificada no país de origem. Diante disso, reforça-se a importância de o Brasil aprimorar o quadro regulatório para seus investimentos no exterior em áreas como tributação, financiamento e garantias, legislação trabalhista e previdenciária, e diplomacia econômica.

Os avanços mais importantes no ano de 2017 dizem respeito à agenda de acordos bilaterais. Em matéria de Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs), o Brasil renegociou seu acordo com a Argentina, aprimorando alguns pontos, embora não tenha resolvido uma questão importante: a tributação na fonte das importações de serviços. Além disso, o país internalizou o ADT com a Rússia, celebrado em 2004.

No que diz respeito aos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), o Brasil celebrou protocolo com os países do Mercosul, tema que estava há muito tempo parado nas discussões intrabloco, e aprovou, no Congresso Nacional, os ACFIs com Angola, Chile, Maláui, México, Moçambique e Peru. Apenas o ACFI com a Colômbia permanece em tramitação no Congresso. Já em relação aos acordos previdenciários, o país celebrou acordo com Moçambique e anunciou a conclusão bem sucedida das negociações com a Índia.

Algum progresso pode ser relatado também em relação à mudança da Lei de Expatriados brasileira. Um novo projeto de lei foi apresentado ao Senado Federal contemplando os principais pontos de interesse de investidores no exterior. Foi ainda criado o Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) da Camex, grupo interministerial para apoiar investimentos brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil. Por fim, o Brasil formalizou à OCDE seu interesse em tornar-se membro, o que deve implicar ajustes em seu modelo de ADT e legislação de preços de transferência.

Prioridades para 2018

1. **Lei de Lucros no Exterior:** defender a revisão da legislação de lucros no exterior para aprimorar a regulamentação, entre outros pontos, da compensação do imposto pago no exterior, definição de renda ativa, prejuízos acumulados e não tributação de variação cambial; e fomentar debate sobre alterações na lei tendo em vista ajustes para o processo de acessão do Brasil à OCDE.

2. **Lei de Expatriados:** defender a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2017, que modifica a legislação de expatriação de mão obra do Brasil, focando principalmente nos pontos sobre a definição da legislação aplicável, adicionais de transferência e termos de compromisso.

3. **ADTs**: defender a celebração de novos ADTs, de forma prioritária, com Estados Unidos, Colômbia, Alemanha, Reino Unido e Paraguai; e a revisão de ADTs com Japão, França, China, Chile e Espanha, de modo a aproximar o modelo brasileiro às diretrizes da OCDE.

4. **Preços de transferência:** defender a revisão da legislação de preços de transferência com o intuito de aprimorar a regulamentação, entre outros pontos, de salvaguardas, *commodities*, conceito de similaridade e impactos da variação cambial; e fomentar o debate sobre alterações na legislação tendo em vista ajustes para o processo de acessão do Brasil à OCDE.

5. **Acordos previdenciários:** defender a celebração de acordos previdenciários, de forma prioritária, com África do Sul, Angola, Áustria, China, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, México, Holanda, Panamá, República Dominicana e Venezuela; apoiar a internalização do Acordo Multilateral ente Países de Língua Portuguesa; defender a aprovação, no Congresso Nacional, dos acordos previdenciários com os Estados Unidos (PDC nº 487/2016) e Suíça (PDC nº 431/2016); e defender a revisão dos acordos existentes com os países do Mercosul, Alemanha, Bélgica, França, Itália e demais países ibero-americanos, com vista a elevar para cinco anos o período de cobertura do deslocamento dos funcionários.

6. **ACFIs:** defender a celebração de ACFIs, de forma prioritária, com países da América Latina, África e BRICS, entre as economias em desenvolvimento, e com Estados Unidos e Japão, entre as economias desenvolvidas; defender a internalização dos ACFIs com Angola, Chile, Colômbia, Maláui, Mercosul, México, Moçambique e Peru; e disseminar os benefícios dos ACFIs para as multinacionais brasileiras.

7. **Financiamento e garantias:** defender a criação de seguro de crédito para cobertura de riscos políticos e extraordinários de investimentos no exterior de empresas brasileiras e controladas e coligadas.

Facilitação e desburocratização do comércio exterior

A simplificação e a desburocratização das operações de comércio exterior são vitais para reduzir o tempo e os custos para exportar e importar, permitindo aumento progressivo da participação de empresas de menor porte e de produtos de maior valor agregado na pauta exportadora do país. Estudo feito pela CNI, em parceria com a FGV, revela que os atrasos decorrentes da burocracia aduaneira nas operações de comércio exterior são mais prejudiciais para a indústria de transformação. Em média, os atrasos aduaneiros aumentam em cerca de 13% os custos para exportar e 14% para importar no Brasil.

Um avanço na agenda de 2017 foi a entrada em vigor do AFC da OMC. Com isso, suas disciplinas passaram a valer para todos os membros da organização. A ratificação pelo Brasil estimulou a criação do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (Confac), órgão colegiado da Camex, com participação do setor privado, responsável por aprimorar a governança e implementar o acordo. Ainda em 2017, o Portal Único de Comércio Exterior, principal iniciativa de facilitação de comércio no Brasil, incorporou o novo processo de exportações e o Regime Especial de *Drawback*, e deu início à revisão do novo processo de importações.

Já o Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA) ampliou o número de empresas certificadas para 135, as quais passaram a ter mais de 98,5% de suas operações de exportação e importação direcionadas ao "canal verde". Houve também a simplificação de exigências regulatórias e de segurança física das cargas, e a publicação de norma que orientará a integração de outros órgãos ao programa. As negociações para o estabelecimento de Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARMs) continuaram com a Argentina, BRICS, Estados Unidos e México, mas ainda não foram concluídas.

No âmbito da coerência regulatória, a Camex publicou consulta pública para a elaboração da primeira Agenda Regulatória de Comércio Exterior do Brasil, com o objetivo de reformar e aperfeiçoar a regulação do comércio de bens e serviços.

Prioridades para 2018

1. **Portal Único de Comércio Exterior:** apoiar a implantação do Portal Único de Comércio Exterior, em particular o novo módulo de importação e a integração de órgãos anuentes à janela única, sobretudo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Exército e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

2. **Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado:** apoiar a implantação do programa OEA, em particular a integração de órgãos anuentes ao modelo de gestão de riscos, sobretudo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Anvisa, Exército e MAPA; e defender a negociação de ARMs com Argentina, BRICS, Estados Unidos, Japão, México e UE.

3. **Coleta única de impostos, taxas e encargos:** defender a criação de um sistema de coleta única para arrecadação dos tributos estaduais e federais, das taxas e encargos exigidos pelos órgãos anuentes e das tarifas dos operadores privados aplicadas no comércio exterior brasileiro.

4. **Tarifa de escaneamento de contêineres:** defender a eliminação da cobrança de tarifa pelo escaneamento de contêineres nos terminais portuários.

5. **Tratamento de embalagens de madeira:** defender a regulamentação de procedimentos simplificados e ágeis para destruição das embalagens de madeira "não conformes" que ingressam no país e liberação de mercadorias com embalagens de madeira a serem devolvidas ao exterior.

6. **Confac:** elaborar e submeter propostas sobre temas prioritários do setor privado ao comitê.

7. **Coerência regulatória:** apoiar os esforços do governo na promoção de uma agenda de qualidade regulatória do comércio exterior e contribuir nesse processo de revisão e reformulação regulatória.

8. **Especialização de varas:** defender a especialização de varas em comércio exterior nos Tribunais Regionais Federais (TRFs) com maior número de casos sobre o tema.

Logística e infraestrutura do comércio exterior

A logística e a infraestrutura são elementos decisivos para a competitividade internacional do Brasil. A facilitação do comércio exterior e o incentivo à participação das empresas nos mercados externos dependem da eficiência e da eficácia desses elementos.

O país enfrenta uma crise sem precedentes no setor de transporte de cargas. Existem sérios problemas na oferta dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e hidroviário, bem como no sistema portuário. O impacto da falta de expansão, manutenção e modernização desses serviços tem sido elevado, representando uma desvantagem competitiva em relação aos concorrentes brasileiros no mercado internacional.

O modelo de gestão governamental no setor de transportes é inadequado. Não há planejamento e políticas de integração entre os modais; há um baixo investimento e crescente deterioração da rede viária terrestre; ampliam-se as dificuldades nos acessos marítimos e terrestres aos portos, e nota-se uma proliferação de taxas, sobretaxas, adicionais e outros custos cobrados nos portos e no transporte marítimo. Todos esses fatores representam custos que se configuram como barreiras ao desenvolvimento do comércio exterior.

Apesar da complexa situação exposta, cabe destacar pontos importantes que foram alcançados no ano de 2017, tais como a publicação da Resolução Normativa nº 18/2017 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que traz avanços na regulação das atividades dos armadores nacionais e estrangeiros ao coibir práticas abusivas, como, por exemplo, as omissões de escala.

Outro avanço foi a decisão pela não renovação, a partir de 2020, do acordo de transporte marítimo que o Brasil mantém com o Chile e que restringe, atualmente, a operação na rota bilateral apenas a navios com bandeiras dos dois países. O acordo institui uma reserva de mercado que fortalece o poder de barganha dos armadores e, consequentemente, aumenta o custo do frete para os usuários com operações na rota. Em complemento à decisão, outro ponto positivo foi a instituição do mecanismo de "*waiver* estendido", que isenta as empresas exportadoras brasileiras de veículos e cargas gerais não "conteinerizadas" para o Chile da necessidade de solicitar, para cada embarque, uma autorização para contratar o frete internacional em navios com bandeiras de terceiros países. Agora, a validade desta autorização é de até um ano, o que reduz a burocracia estipulada pelo acordo de reserva de carga.

Prioridades para 2018

1. **Administrações portuárias:** defender a licitação das administrações portuárias públicas (companhias de docas e concessionárias estaduais) ao setor privado.
2. **Tarifas e taxas cobradas por portos e armadores:** realizar levantamento do universo de tarifas e taxas cobradas pelos terminais portuários (públicos e privados) e pelos armadores, que incidem sobre as exportações e importações de bens, e propor recomendações.
3. **Acordo de transporte marítimo Brasil-Chile:** defender a publicação de documento legalmente vinculante que assegure a não renovação do acordo a partir de 2020, conforme decidido na 112ª Reunião de Ministros da Camex.

Tributação no comércio exterior

A tributação no comércio exterior tem impacto direto sobre a competitividade das empresas, tanto pela carga tributária quanto pelos procedimentos aduaneiros. A alta carga tributária e a burocracia excessiva são entraves à competitividade, pois geram custos, insegurança jurídica e oneram o preço final dos produtos e serviços nos mercados externos.

Com os objetivos principais de evitar a exportação de tributos e assegurar maior competitividade às empresas em suas atividades de comércio exterior, as ações nesse tema têm foco em três eixos: i) redução dos custos tributários, que incluem restituições constitucionais de resíduos tributários e medidas para evitar ou solucionar a acumulação de créditos tributários; ii) aprimoramento dos incentivos fiscais, sobretudo dos regimes aduaneiros especiais, tais como *Drawback*, Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado (Recof), Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) e as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs); e iii) regulamentação da tributação sobre serviços e economia digital com impactos sobre o comércio exterior e os investimentos da indústria.

Em 2017, as dificuldades do cenário econômico instável e as medidas adotadas para o equilíbrio fiscal tiveram forte impacto sobre as políticas de tributação no comércio exterior. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) sofreu nova revisão com a publicação do Decreto nº 9.148/2017, que estabeleceu a permanência da alíquota em 2% para 2018, revogando a ampliação anteriormente regulamentada para 3%. A possibilidade de compensação de créditos tributários federais com débitos previdenciários, anunciada para entrar em vigor em 2017, ainda não está implementada e, no âmbito estadual, não houve avanços para a efetiva compensação ou ressarcimento de créditos acumulados nas exportações.

Em contrapartida, houve maior concentração de esforços para a simplificação das operações nos regimes aduaneiros, tais como a criação da nova Declaração Única de Exportações (DU-E) e a integração do *Drawback* Suspensão no Portal Único de Comércio Exterior. No entanto, aguarda-se, ainda, a operacionalização do *Drawback* Contínuo, que propiciará maior eficiência na gestão dos atos concessórios. Ao longo do ano, as discussões sobre as alterações no regime das ZPEs tiveram pouco avanço e a matéria deve continuar sua tramitação em 2018.

Na parte de serviços, a regulamentação da tributação sobre as importações e exportações de serviços com impacto para a indústria não apresentou avanços em ações e medidas voltadas à redução da carga tributária, tampouco na formulação de incentivos específicos. A redução das distorções tributárias no comércio exterior de serviços de interesse das indústrias é relevante, sobretudo, para atividades inovadoras e agregação de valor à produção e exportação de bens.

Prioridades para 2018

1. **Reintegra:** defender a aplicação da alíquota de 3% para a devida reintegração dos resíduos tributários remanescentes na cadeia de produção dos bens exportados.

2. **Compensação de créditos tributários federais e estaduais de exportação:** defender a celeridade na adequação da base legal e a integração dos sistemas para possibilitar a compensação de créditos tributários federais com débitos das contribuições previdenciárias; e realizar ações junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e no âmbito estadual para aproveitamento efetivo dos créditos tributários do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

3. **Custo de descarga nacional de mercadoria na base de cálculo do Imposto de Importação:** divulgar o estudo realizado em 2017 e defender a retirada do custo de descarga nacional de mercadoria (capatazia) da composição do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação (II), inclusive com possibilidade de atuação no Poder Judiciário.

4. **Regimes aduaneiros de *Drawback*, Recof e Recof-Sped:** apresentar e defender propostas de aperfeiçoamento desses regimes conforme o estudo realizado em 2017, tais como a operacionalização do *Drawback* Contínuo, o avanço na integração com o Portal Único de Comércio Exterior e a isenção do ICMS tanto para o *Drawback* Isenção, quanto para o Recof e o Recof-Sped.

5. **ZPEs:** atuar junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo para alteração da legislação, sobretudo no que diz respeito ao compromisso exportador e à inclusão de empresas do setor de serviços nas ZPEs.

6. **Tributação no comércio exterior de serviços:** divulgar estudo que compara a carga tributária nas importações de serviços do Brasil com países selecionados; e sensibilizar setores da indústria sobre a importância da redução da carga e da restituição tributária nas importações de serviços.

Financiamento e garantias às exportações

O sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações cumpre papel fundamental para alavancar exportações de alto valor agregado pelo Brasil. Um exemplo é o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual cada US$ 1,00 desembolsado gera outros US$ 19,00 em exportações (dados de 2015 e 2016).

A oferta de linhas de financiamento às exportações pelo mercado (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE) é, em geral, adequada e o sistema de financiamento público às exportações foi gradualmente reorganizado com base nas linhas do BNDES-Exim (pré e pós-embarque) e do Proex (Equalização e Financiamento). Entretanto, há lacunas importantes, como a imprevisibilidade orçamentária do Proex e as dificuldades de acesso de pequenas e médias empresas às linhas oficiais. Pesquisa publicada pela CNI e pela FGV em 2016, apontou que quase 67% das empresas exportadoras no Brasil não utilizam – ou utilizam muito pouco – os instrumentos de financiamento às exportações disponíveis.

Na área de garantias, o sistema vigente é mais restrito, sendo a limitação dos mecanismos e sua complexa governança os obstáculos centrais. A pesquisa mencionada acima também revelou que 88% das empresas não utilizam esses instrumentos. O sistema de garantias é fragmentado em seu fluxo operacional e em seu processo decisório. Além disso, exportações que dependem de financiamento (pós-embarque) com prazos mais longos – caso de bens de capital e aeronaves – não possuem mecanismos utilizados pelos principais competidores brasileiros, como a garantia incondicional para exportações com financiamento de bancos, a captação no mercado de capitais ou o financiamento e a garantia a gastos locais.

Contudo, em 2017, houve alguns avanços e alterações normativas importantes, sobretudo na área de garantias. A implementação, pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), de uma política de parcerias com agências de crédito à exportação de outros países no âmbito do desenvolvimento de operações de co-financiamento e cosseguro às exportações, bem como a possibilidade de aprovação de garantia para uma carteira de diversos importadores ao mesmo tempo, ao invés da aprovação de operações individuais para cada importador, são bons exemplos. Na área de financiamento, um importante avanço foi a decisão da Camex de extinguir a lista *intercompany*, que restringia os bens elegíveis ao Proex-Equalização para exportações intrafirma.

Em que pese a conjuntura ainda de maior restrição fiscal, pode haver espaço para progredir em questões importantes do sistema brasileiro de financiamento e garantias, sobretudo relacionadas a sua institucionalidade e à desburocratização de sua gestão operacional. A possibilidade de acessão do Brasil à OCDE traz à tona também a necessidade de revisão dos instrumentos disponíveis no país, bem como sua governança, de modo a conferir compatibilidade com os padrões da organização. E a abertura do escritório do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na África do Sul abre o caminho para a instalação do escritório do Banco no Brasil.

Prioridades para 2018

1. **Sistema de financiamento público:** defender a revisão de procedimentos do BNDES-Exim Pós-Embarque para reduzir o tempo de aprovação do financiamento; fomentar a atuação conjunta do BNDES e da ABGF para atrair bancos comerciais ao financiamento de exportações de médio e longo prazos; e defender a flexibilização do índice de nacionalização das linhas.
2. **Sistema de garantias:** defender a revisão de procedimentos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para reduzir o tempo de aprovação das garantias; apoiar a ampliação do portfólio de produtos da ABGF, conferindo maior atenção ao desenvolvimento de operações estruturadas; e defender a aceitação, nas operações do FGE, de apólice de garantia incondicional.
3. **Parcerias com agências de crédito à exportação:** defender o estabelecimento de parceiras entre a ABGF e as agências de crédito à exportação de outros países para viabilizar operações de co-garantia.
4. **Institucionalidade do sistema:** defender a redefinição das atribuições do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) da Camex, para estabelecer diretrizes estratégicas sem participar de decisões operacionais; defender a atribuição à ABGF da responsabilidade de gerir o sistema de seguro de crédito; defender a reformulação da governança do Proex, dando autonomia ao Banco do Brasil (BB) na aprovação de financiamento e equalização; e defender a criação de subsidiária do BNDES com a autonomia para atuação em comércio exterior.
5. **Compatibilidade com OCDE:** elaborar diagnóstico sobre a compatibilidade do sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações com os instrumentos e políticas da OCDE.
6. **NBD:** apresentar e defender propostas com base em publicação da CNI, tais como a abertura no Brasil de escritório regional do NBD e o aumento do número de projetos submetidos pelo país.

Defesa comercial

As medidas de defesa comercial são essenciais e legítimas para neutralizar distorções decorrentes de práticas desleais e garantir um comércio justo, conforme previsto em normas da OMC e na legislação interna. A defesa comercial não deve ser confundida com práticas

protecionistas e não é a causa da baixa integração internacional do Brasil, já que as medidas aplicadas pelo país atingem apenas 1% das importações.

Em um contexto de maior integração do Brasil ao mundo e maior intensidade em negociações de acordos comerciais, a existência de mecanismos de defesa comercial, e principalmente a garantia efetiva do seu funcionamento, é essencial para maior engajamento do setor industrial na liberalização comercial.

Em 2017, houve consulta pública com posterior publicação do Decreto nº 9.107/2017, sobre o tratamento para indústrias fragmentadas em defesa comercial. Como o decreto tinha caráter mais amplo, houve nova consulta pública para regulamentação do tema por meio de portarias da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Além disso, foram realizadas consultas sobre as questões de redeterminação e restituição em defesa comercial.

Um ponto de preocupação, pela ótica da transparência, foi a publicação da Resolução Camex nº 29/2017, que afasta a necessidade de que sejam abertos procedimentos no âmbito do Grupo Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP) para que a Camex decida a respeito de alteração e suspensão de medidas e determina ainda que haja uma avaliação, por parte do GTIP, de todos os casos de prorrogação de medidas. Na mesma linha, preocupam divergências entre os órgãos de governo que compõem a Camex sobre o caráter vinculante ou não das recomendações técnicas do Departamento de Defesa Comercial (Decom) nas investigações de defesa comercial. A divergência foi objeto de parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que reforça não caber à Camex revisitar aspectos técnicos das investigações e garante segurança jurídica ao sistema de defesa comercial.

Quanto à defesa dos interesses dos exportadores brasileiros alvos de medidas de defesa comercial em outros países, o MDIC realizou, em parceria com a CNI, evento de capacitação para empresas e setores mais afetados por esse tipo de medidas no exterior. No entanto, é preciso ainda que o processo de notificação por embaixadas e consulados brasileiros à autoridade investigadora sobre aberturas de investigação contra exportadores brasileiros seja mais ágil, permitindo ao Decom ter mais tempo para auxiliar as empresas-alvo.

Prioridades para 2018

1. **Segurança jurídica nas investigações de processos *antidumping*:** defender a manutenção da prerrogativa de recomendação da aplicação de direitos *antidumping* pelo Decom, de acordo com parecer da AGU; e defender o respeito aos procedimentos de avaliação no âmbito do GTIP, observando os procedimentos apropriados nos casos de modificação ou suspensão de medidas.

2. **Medidas compensatórias:** defender a publicação e a entrada em vigor do novo decreto, que disciplina as medidas compensatórias, contendo os principais pontos previstos no documento de resposta à consulta pública, apresentado pela CNI e pelas associações setoriais em 2014.

3. ***Antidumping* para indústrias fragmentadas:** defender a entrada em vigor da portaria, objeto de consulta pública, que regulamentará critérios para habilitação de setores, tal como indústria fragmentada, que flexibilizem as informações e o prazo a serem apresentados nas petições.

4. **Apoio aos exportadores brasileiros:** realizar diagnóstico e propor melhorias no processo de comunicação entre os órgãos do governo brasileiro envolvidos no sistema de defesa comercial durante a abertura de investigação contra exportadores do país.

5. **China como economia de mercado:** acompanhar e dar publicidade ao setor industrial brasileiro dos desdobramentos dos contenciosos na OMC entre China, de um lado, e Estados Unidos e UE, de outro lado, e suas implicações para a metodologia adotada pela autoridade investigadora do Brasil.

6. ***Drawback* para produtos sujeitos à defesa comercial:** elaborar diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade para extensão do *Drawback* a produtos sujeitos a medidas de defesa comercial, sobretudo direitos *antidumping*.

6 Serviços de Apoio à Internacionalização

Plano de Internacionalização

A internacionalização de uma empresa – seja por meio de exportações diretas e indiretas, seja por importações, participação nas cadeias globais de valor, investimentos, parcerias ou contratos – depende de uma estratégia de negócios de médio a longo prazo. Para as micro e pequenas empresas (MPEs), o desafio de construir um plano de internacionalização é ainda maior.

Segundo o estudo *World Trade Report*, elaborado pela OMC em 2016, em média 95% de todas as empresas no mundo são MPEs. Contudo, sua participação no comércio internacional ainda é pouco representativa. Nos países desenvolvidos, 78% das empresas exportadoras são MPEs, contemplando 34% do volume total exportado. O caso brasileiro é mais preocupante, já que 50% das empresas exportadoras são MPEs, mas seu volume de exportação corresponde a 1,2% do total exportado em 2016, de acordo com o MDIC.

Em parte, esse problema é devido à dificuldade no acesso a informações sobre mercados internacionais, custos de transporte, contato com parceiros comerciais e barreiras ao comércio, que pode ser superada com planejamento e estratégias adequadas para cada negócio. Com o desenvolvimento de ferramentas de elaboração de planos de internacionalização e consultoria contínua pelas entidades de apoio empresarial, a taxa de sucesso e o crescimento do negócio podem ser impactados positivamente.

A internacionalização resulta em maior produtividade, competitividade e faturamento para as empresas. Segundo a OMC, em geral, as MPEs que exportam também são mais produtivas uma vez que, com a internacionalização, as empresas aprendem, evoluem e exploram economias de escala, impactando no crescimento econômico e na geração de empregos. De acordo com o mesmo estudo, a diversificação de mercados também aumenta as taxas de sobrevivência empresarial.

Em 2017, foi implementado o novo serviço Rota Global em conjunto com o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) do MDIC, visando diagnosticar necessidades individuais e desenvolver um plano de ação customizado para internacionalização de cada empresa participante. Ao longo do ano, foram capacitadas entidades no Brasil e na Argentina, e o atendimento empresarial iniciou-se no segundo semestre. A iniciativa foi desenvolvida pela CNI com apoio da Comissão Europeia, por meio do Programa AL-Invest.

Prioridades para 2018

1. **Modelo de negócios para implementação do Rota Global:** elaborar o manual de implementação do Rota Global, contendo seu modelo de negócios, fluxograma, descrição de atividades e documentos-base para sua implementação; e disponibilizar versão em inglês e espanhol do processo para entidades de apoio empresarial na América Latina e Europa.

2. **Implementação do Rota Global:** implementar a metodologia do Rota Global em pelo menos 20 entidades empresariais no Brasil, na Argentina e na Espanha; e acompanhar a implementação de plano de ação individual para mais de 200 empresas participantes, contribuindo para as metas do Programa AL-Invest 5.0 financiado pela Comissão Europeia.

3. **Melhoria do Rota Global:** concluir a segunda versão do modelo de negócios do Rota Global, contendo revisão e boas práticas percebidas ao longo da execução do programa no Brasil, na Argentina e na Espanha.

4. **Ampliação do Rota Global:** identificar parceiros nacionais ou internacionais que possam apoiar financeiramente a ampliação do Rota Global no Brasil, com o objetivo de permitir atendimento de maior número de empresas.

5. **Governança para plano de internacionalização:** defender que o Rota Global seja o modelo de atendimento adotado pelos comitês estaduais do PNCE; e apresentar o Rota Global para o Comitê de Promoção Comercial (Copcom) da Camex como subsídio para discussão de um modelo comum a ser adotado pelos membros do comitê.

Capacitação e sensibilização empresarial

Com o aumento da globalização e uma consequente busca por processos de internacionalização, é cada vez mais necessário preparar formalmente as empresas para aproveitar as oportunidades de maneira proativa e estratégica.

Para 33,2% das empresas que participaram de pesquisa realizada pela CNI e pela FGV em 2016, a capacitação em comércio exterior é um serviço relevante para o aumento da sua competitividade e o crescimento do negócio. Em algumas regiões, como o Norte, esse é o principal serviço demandado pelas empresas, com 50% de respostas positivas para relevância do tema.

No que diz respeito aos desafios internos à empresa, o terceiro entrave mais crítico para a internacionalização é a qualificação dos responsáveis pelas exportações, sugerindo que esse tema, tradicional na oferta de serviços de apoio à internacionalização, deve ser priorizado. O estudo *Sobrevivência das empresas no Brasil*, elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também confirma a falta de conhecimento dos empresários entre as principais dificuldades para sobrevivência ao primeiro ano de atividade.

Para estimular a superação desse desafio, em 2017, em parceria com o Sebrae, foram realizados mais de 120 cursos de capacitação em 25 estados brasileiros, incluindo capacitações

presenciais e à distância. Além disso, a parceria estabelecida com a empresa de logística DHL disponibilizou, em mais de 10 estados, o *Workshop Crescendo Além das Fronteiras*, voltado a sensibilizar micro e pequenos empresários iniciantes no comércio exterior ou que nunca tenham exportado. Essas atividades permitiram capacitar mais de 2.000 empresários.

Prioridades para 2018

1. **Capacitações empresariais na fase preparatória à internacionalização:** desenvolver conteúdos e disponibilizar capacitações, presenciais ou à distância, com foco no planejamento das operações de exportação e importação, contemplando aspectos comerciais, de preparação e de operação no comércio exterior.
2. **Capacitações empresariais setoriais:** desenvolver conteúdos e disponibilizar capacitações, presenciais ou à distância, com foco em setores ou mercados prioritários, visando reforçar capacidades específicas das empresas em relação a sua internacionalização.
3. **Capacitações empresariais em temas de política comercial:** desenvolver conteúdos e disponibilizar capacitações, presenciais ou à distância, com foco em temas de política comercial e de relevância para o êxito da internacionalização das empresas, como, por exemplo, acordos comerciais, barreiras em terceiros mercados, financiamento e garantias e facilitação de comércio.
4. **Parceria com o Sebrae:** renovar a parceria com o Sebrae, vigente desde 2014, ampliando o número de MPEs capacitadas para a internacionalização.
5. **Parceria com a Unindústria:** ampliar a parceria com a Unindústria, vigente desde 2017, para desenvolver novas capacitações a distância.

Inteligência comercial

Estudos de inteligência comercial são fundamentais para uma empresa definir estratégias sustentáveis de entrada e crescimento nos mercados internacionais. Quando um tomador de decisão na empresa tem acesso a informações sobre seu potencial cliente, hábitos de consumo, perspectivas de mercados potenciais, apoio na formação de preço, estratégias de concorrentes, entre outros dados de inteligência, isso pode ser utilizado para subsidiar o desenvolvimento de uma estratégia mais assertiva de internacionalização e minimizar riscos econômicos e de imagem.

A utilização de dados de inteligência para elaborar a estratégia de internacionalização também pode ser decisiva quando a empresa busca diversificar seus mercados de atuação. O Brasil, além de possuir baixa participação no comércio internacional, concentra suas exportações em poucos destinos: os cinco maiores parceiros comerciais brasileiros representam 46% das exportações do país. Com pesquisas prévias sobre oportunidades de negócios e análises formais de mercado, as empresas podem explorar mercados até então desconhecidos e ampliar sua atuação no exterior.

Segundo pesquisa realizada pela CNI e pela FGV em 2016, 59,8% das empresas acreditam que estudos e pesquisas de inteligência comercial estão entre os serviços de apoio à internacionalização mais relevantes. Um ambiente de rápida mudança, altamente competitivo e com muitos avanços tecnológicos exige que as empresas estejam cada vez mais preparadas e possuam informações relevantes para sua tomada de decisão de longo prazo.

Em geral, manter áreas de inteligência comercial na estrutura própria das empresas exige muitos recursos, portanto, cada vez mais, as entidades de apoio empresarial cumprem papel importante ao disponibilizar soluções de inteligência e acesso a banco de dados para empresas em todo o país.

Prioridades para 2018

1. **Capacitação da Rede CIN:** capacitar as equipes dos CINs para reforçar a capacidade de entrega de estudos de inteligência comercial.
2. **Ferramentas e bancos de dados para a Rede CIN:** disponibilizar para a Rede CIN bases de dados com o objetivo de apoiar a execução dos serviços de inteligência comercial; desenvolver e implantar buscador virtual para automatizar o processo de coleta de dados; e desenvolver banco de compradores internacionais para facilitar o relacionamento com importadores estrangeiros.
3. **Geração e disseminação de conteúdo:** gerar conteúdo de inteligência comercial para subsidiar as ações da área de Assuntos Internacionais da CNI e da Rede CIN; e publicar série de cartilhas reunindo conteúdos essenciais para a internacionalização de empresas, como, por exemplo, atração de investimentos, planos de internacionalização, acordos comerciais e facilitação de comércio.
4. **Pesquisa dos Desafios à Competitividade das Exportações:** disseminar para o setor privado e o governo brasileiro os resultados da edição 2018 da pesquisa.
5. **Pesquisa temática do comércio exterior:** realizar pesquisa sobre um tema relevante do comércio exterior, como, por exemplo, o impacto da corrupção na exportação e importação, e a qualidade dos serviços de apoio à internacionalização oferecidos por entidades governamentais e pelo setor privado.

Promoção de negócios

Os serviços de promoção de negócios têm como objetivo principal facilitar a compra e venda de produtos e o desenvolvimento de parcerias internacionais. Essas iniciativas promovem a interação das empresas brasileiras com atores estrangeiros, possibilitando conhecer uma nova realidade, desenvolver competências empresariais, fortalecer sua competitividade e gerar novos negócios.

Enquanto as ações prospectivas geram maior conhecimento para o empresário, as iniciativas comerciais possuem programação focada na realização de encontros de negócios internacionais, contribuindo para inserir novas empresas em cadeias globais de valor.

Pesquisa realizada pela CNI e pela FGV em 2016 indica que o serviço de apoio à internacionalização de maior relevância são as ações de promoção de negócios. Em terceiro lugar, estão as ferramentas de divulgação das oportunidades comerciais, o que aponta a importância de uma agenda consistente e continuada de iniciativas para geração de negócios.

No Brasil, a pluralidade de instituições promovendo ações de promoção de negócios pode representar uma oportunidade para as empresas aumentarem seu conhecimento, exposição e estabelecimento de contatos estratégicos com parceiros no exterior. Para tanto, é necessário assegurar a coordenação de esforços e uma governança organizada, nos níveis federal e estadual, com vistas a assegurar a complementariedade entre ações, otimização de recursos alocados, além da definição de uma estratégia de imagem do país que observe mercados e setores prioritários.

Com o apoio de entidades setoriais e empresariais, as empresas adquirem suporte técnico qualificado para participação em eventos prospectivos e comerciais, tanto no Brasil quanto no exterior. Com isso, minimizam o custo de participação individual, agregam valor com a representatividade institucional da entidade e têm acesso a informações e contatos estratégicos.

Prioridades para 2018

1. **Ações de prospecção de mercados:** realizar missões de prospecção em mercados estratégicos para a indústria; e apoiar a realização de eventos com esse objetivo no exterior.
2. **Ações comerciais:** realizar missões empresariais e encontros de negócios, no Brasil e no exterior, com vistas à concretização de negócios e à celebração de parcerias estratégicas.

3. **Ações em mercados com acordos comerciais:** realizar missões de prospecção e comerciais em mercados com os quais o Brasil possui acordo comercial parcial ou de livre comércio com vistas ao seu pleno aproveitamento.

4. **Geração de negócios e investimentos via plataforma EEN:** fomentar a geração de negócios por meio do Consórcio EEN Brasil, vinculado à rede *Enterprise Europe Network* (EEN), incluindo publicação de perfis empresariais, organização de reuniões *business-to-business* (B2B) e celebração de acordos de parceria entre empresas brasileiras e europeias.

5. **Disseminação da oferta exportadora brasileira:** disseminar, no Brasil e no exterior, o Catálogo de Exportadores Brasileiros, ferramenta virtual de divulgação de oportunidades de parceria e comércio.

6. **Parceria com a Apex-Brasil:** fortalecer a parceria com a Apex-Brasil, vigente desde 2008, para realização de ações conjuntas de promoção de negócios.

7. **Governança para promoção de negócios:** defender a atuação conjunta, coerente e complementar das entidades membros do Copcom da Camex em ações de promoção de negócios.

Carnê de Admissão Temporária

Segundo a *International Chamber of Commerce* (ICC), na média dos últimos três anos, foram emitidos no mundo 180 mil carnês de admissão temporária (ATA Carnets), e os principais países emissores foram a Suíça, a Alemanha, os Estados Unidos, a França e a Itália. No Brasil, apesar da divulgação e assessoria para emissão disponibilizada pelas Federações de Indústrias, poucas empresas conhecem e utilizam o mecanismo. Em 2017, 218 pessoas físicas ou jurídicas fizeram seu cadastro na plataforma para emissão do documento no Brasil e foram emitidos 99 ATA Carnets, amparando mais de US$ 2,5 milhões em bens.

Segundo a declaração de usuários do documento, as principais finalidades da emissão do ATA Carnet foram a exposição em feiras, eventos e congressos; o transporte acompanhado de material profissional; e o envio de amostras. No Brasil, os setores que mais emitiram os carnês foram o automotivo, calçados e couros e equipamentos audiovisuais e fotográficos.

O Brasil aderiu à Convenção de Istambul, internalizada por meio do Decreto nº 7.545/2011, fazendo então parte do Sistema ATA, que é regido por dois tratados internacionais: a Convenção ATA e a Convenção de Istambul. O reconhecimento de ATA Carnets emitidos sob a Convenção ATA somente aconteceu recentemente, viabilizado pela publicação, pela Receita Federal do Brasil (RFB), da Instrução Normativa nº 1.763/2017, que alterou as disposições anteriores.

Esta ampliação de aceitação do documento amparado pelas duas convenções permitirá que documentos emitidos nos Estados Unidos ou no Japão, por exemplo, possam acessar o território brasileiro para as finalidades previstas nas respectivas regulamentações internacionais.

A plena operação do Sistema ATA Carnet pelo Brasil enfrenta, no entanto, outros desafios. É esperado que os diversos órgãos intervenientes do comércio exterior brasileiro disciplinem os procedimentos a serem observados nas operações de admissão e exportação temporárias. Em 2016, a Camex publicou a Resolução nº 101, solicitando adequação de procedimentos para utilização do ATA Carnet em até 120 dias. O assunto, contudo, ainda não foi disciplinado pelo governo brasileiro. A padronização de procedimentos operacionais e a reciclagem contínua dos servidores envolvidos na avaliação, no processamento e na validação do ATA Carnet também são importantes para dar destaque à operação do Brasil entre os 76 países emissores do documento.

Prioridades para 2018

1. **Sistema ATA Carnet Brasil:** disponibilizar para usuários brasileiros um sistema seguro e ágil para emissão do documento, realizando aprimoramentos necessários para garantir a plena utilização do ATA Carnet no Brasil.
2. **Uso do ATA Carnet pelos órgãos anuentes:** defender, junto ao governo brasileiro, a inexigibilidade de licenciamento e procedimentos específicos para as operações de admissão temporária e exportação temporária amparadas pelo ATA Carnet; e defender o estabelecimento de pontos focais nos órgãos anuentes para o atendimento às demandas dos usuários, brasileiros e estrangeiros, relacionadas ao ATA Carnet.
3. **Suspensão do ICMS para admissão temporária com ATA Carnet:** defender a publicação da Resolução Confaz – que prevê suspensão do ICMS nas operações de admissão temporária amparadas pelo ATA Carnet – e defender a cobrança de alíquota única apenas nos casos de descumprimento.
4. **Adesão de novos países ao Sistema ATA:** defender e apoiar o governo brasileiro a influenciar demais países, em especial da América do Sul, a aderir ao Sistema ATA, oferecendo troca de boas práticas.
5. **Adesão a novos anexos da Convenção de Istambul:** elaborar diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade da adesão do Brasil a novos anexos da Convenção de Istambul.

Adequação de embalagem para exportação

As empresas brasileiras, além de enfrentar maior competitividade em mercados internacionais, deparam-se com exigências específicas na embalagem, no processo ou no produto para que consigam acessar e permanecer em mercados-alvo no exterior.

A distância a percorrer para chegar ao destino final, o perfil e a preferência do consumidor, a necessidade de alteração na composição do produto, a forma de promoção, o *marketing* e a imagem desejada, a funcionalidade da embalagem e a preservação do produto (tempo de validade) são fatores fundamentais que levam as empresas a fazer adequações quando decidem se internacionalizar.

Em média, uma em cada três empresas que participam das ações de promoção de negócios da Rede CIN identificam necessidades de adequar seus produtos e embalagens ao mercado externo. Além disso, a pesquisa da multinacional *MeadWestvaco Corporation*, de 2015, mostrou que 37% das pessoas entrevistadas em todo o mundo afirmaram ter comprado um novo produto motivados pela funcionalidade da embalagem.

Nesse sentido, para estimular maior sucesso nas exportações das empresas brasileiras, a Rede CIN, em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desenvolveu, em 2017, um programa-piloto para adequação de embalagens. A iniciativa ajudou 12 empresas a adaptarem suas embalagens, primária, secundária e de transporte, para o mercado externo.

O programa garantiu não só ganho de competitividade pela redução de custo e desperdício de espaço e material, mas também impactou em incorporação de materiais diferenciados, apoio na estratégia de posicionamento do produto e adaptação ao comportamento do consumidor no mercado.

Prioridades para 2018

1. **Implementação da metodologia de adequação de embalagem:** implantar, em todo o Brasil, por meio da Rede CIN e do SENAI, metodologia de adequação do sistema de embalagens para exportação, desde a proposta de nova rotulagem até a prototipagem de novo *design* para mercado externo.
2. **Capacitação da Rede CIN e do SENAI:** capacitar as equipes dos CINs e do SENAI para aprimorar o atendimento às empresas na adequação de embalagem.
3. **Parcerias para adequação da embalagem:** identificar parceiros nacionais ou internacionais que possam apoiar financeiramente a ampliação do programa de adequação de embalagem, com o objetivo de permitir atendimento de maior número de empresas.

Programas de internacionalização

Empresas não exportadoras ou iniciantes têm receios e dificuldades para dedicar-se com mais afinco ao mercado internacional. Atravessar fronteiras está longe de ser uma tarefa fácil para qualquer empresa, pois requer esforços, ações coordenadas e visão de longo prazo.

As empresas que se preparam de maneira consciente para atuação internacional exportam de maneira contínua e garantem maiores volumes de vendas para o exterior. Segundo o MDIC, a cada US$ 1 bilhão adicional em exportações, gera-se 50 mil novos empregos.

Todos os anos, é feita uma consulta à base industrial do Sistema Indústria (Federações de Indústrias, sindicatos patronais e empresas), na qual é possível constatar demanda para o desenvolvimento e oferta de serviços mais abrangentes, de maior duração e com fins comerciais, para que as empresas possam elaborar estratégias mais eficientes em determinados mercados-alvo.

Alinhado a esse esforço, as entidades de apoio empresarial devem garantir a oferta de programas completos para a internacionalização, que pode ser organizada em uma esteira de atendimento, permitindo a realização de atendimentos sistemáticos e evolutivos para as empresas com diferentes graus de maturidade no que diz respeito a sua participação no mercado internacional. Em 2017, a metodologia de execução do Prospect foi atualizada e executou-se uma prospecção para o setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Europa.

Prioridades para 2018

1. **Programa de preparação da empresa para atuação internacional:** promover a execução de, pelo menos, um Prospect, fornecendo preparação para empresas brasileiras realizarem negócios internacionais.
2. **Parcerias para programas de internacionalização:** identificar parceiros nacionais ou internacionais que possam apoiar financeiramente a ampliação do programa Prospect, com o objetivo de permitir atendimento de maior número de empresas.

Certificados para exportação

Em 2017, Brasil e Argentina oficializaram a troca de Certificados de Origem Digitais (CODs). Com isso, as empresas exportadoras podem tramitar eletronicamente o documento que concede preferências tarifárias. Ao total, 713 empresas que exportam para a Argentina estão cadastradas no sistema e podem iniciar a emissão de certificados de origem digitais nos CINs.

Estima-se que a utilização dos CODs acarretará a diminuição do prazo para emissão de certificados de origem. Hoje, a emissão em papel leva, em média, 24 horas, mas pode levar até três dias. A expectativa é que a assinatura digital reduza esse prazo para cerca de 30 minutos. Além disso, os custos diretos de tramitação devem ser reduzidos em até 35%, segundo o MDIC. No último ano, foram emitidos 1.993 CODs pelo sistema da CNI.

Outros países que fazem parte da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), como Bolívia, Chile, Cuba, Paraguai e Uruguai, estão a poucos passos de iniciarem a troca de certificados assinados digitalmente com o Brasil. De acordo com o MDIC, 13% das exportações têm como destino os países supracitados (incluindo Argentina), totalizando mais de US$ 24 bilhões.

Outro documento emitido pelos CINs é o Certificado de Livre Venda (CLV). Esse documento serve para atestar que o produto é livremente comercializado no país de origem, ou seja, comprova que o produto a ser exportado atende a todas as exigências para ser comercializado no Brasil.

Prioridades para 2018

1. **Sistema COD Brasil:** disponibilizar para exportadores brasileiros um sistema seguro e ágil para emissão de certificado de origem digital, realizando aprimoramentos necessários para garantir a plena utilização dos CODs no Brasil.
2. **Projeto-piloto com países da Aladi:** apoiar o governo brasileiro na execução de projetos-piloto, prioritariamente com Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, para a troca de CODs com empresas brasileiras exportadoras.
3. **Certificação de origem digital com Argentina**: defender a implementação plena da certificação de origem digital entre Brasil e Argentina.
4. **Autocertificação:** elaborar e disseminar estudo sobre as oportunidades e os desafios da autocertificação para o exportador brasileiro.
5. **CLV:** elaborar diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade da eliminação do certificado no Mercosul; e apresentar ao governo brasileiro uma proposta de regulamentação a fim de permitir a emissão do documento pela Rede CIN, sob articulação nacional da CNI.

Promoção e atração de investimentos

Apesar da recessão de 2014 e 2015 e da instabilidade política nos últimos anos, o Brasil vem mantendo lugar de destaque no fluxo global de investimentos estrangeiros. Segundo dados do *World Investment Report* de 2017, em 2016 o país recebeu um total de US$ 59 bilhões em investimentos estrangeiros e alcançou a 7ª posição no *ranking* mundial.

O recurso disponível é limitado, e a previsão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) é de um crescimento de 2% no volume total investido no mundo entre 2017 e 2018, superando US$ 1,8 trilhão, sendo US$ 130 bilhões previstos para a América Latina.

De acordo com o FDI Markets, em 2016 o Brasil registrou 180 projetos de investimentos produtivos *greenfield*, fusões e aquisições, enquanto, no mesmo período de 2017, foram 156 projetos.

O Brasil é um país de grande potencialidade na atração de investimentos e vários atores se dedicam ao trabalho de promoção, inteligência e facilitação de investimentos, tanto nos âmbitos federal e estadual, quanto no âmbito municipal. Os serviços de apoio aos investidores estrangeiros exigem capilaridade de atendimento nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de atuação conjunta de parceiros nacionais e internacionais para identificar, promover, assessorar e apoiar as oportunidades de investimentos diretos no Brasil e no exterior, que são de interesse do setor privado.

Entre 2014 e 2016, a Rede CIN atendeu a 695 investidores estrangeiros, que geraram um volume estimado de R$ 13,3 bilhões de negócios. Apenas em 2016, foram 14 projetos confirmados com uma geração de mais de 3 mil novos postos de trabalho.

Apesar disso, é necessário avançar em uma agenda de governança e coordenação da estratégia para investimentos que envolva as agências do setor público e os representantes do setor privado. O trabalho de prospecção ativo deve considerar mercados e setores prioritários para, a partir disso, construir a estratégia de promoção e atração de investimentos conjunta, englobando governo e setor privado.

Prioridades para 2018

1. **Capacitação da Rede CIN:** capacitar as equipes dos CINs e parceiros estratégicos para atendimentos de investidores estrangeiros.
2. **Disseminação do Programa Brazil4Business no exterior:** disseminar o programa Brazil4Business em países prioritários para atração de investimentos e em feiras estratégicas para investimentos estrangeiros diretos.
3. **Governança para promoção e atração de investimentos:** defender a atuação conjunta, coerente e complementar dos setores público e privado, por meio do Copcom da Camex; e defender a inclusão de temas de facilitação de investimentos de interesse do setor privado no Coninv da Camex.

7 Prestação de Contas da Agenda Internacional da Indústria 2017

Esta seção é dedicada a apresentar um balanço aos *stakeholders* das atividades desenvolvidas pela CNI, com base nas ações prioritárias da Agenda Internacional da Indústria do ano anterior.

A Agenda contou com 86 ações prioritárias distribuídas por 15 temas. As ações foram classificadas em três categorias conforme o seu grau de execução: i) ações realizadas; ii) ações parcialmente realizadas; e iii) ações não realizadas.

Foram, no total, 65 ações realizadas (75%), 11 ações parcialmente realizadas (13%) e 10 ações não realizadas (12%). Os gráficos e as tabelas a seguir apresentam as listas de ações em cada uma das três categorias.

Gráfico 5 – Prestação de contas da Agenda Internacional da Indústria 2017: total de ações

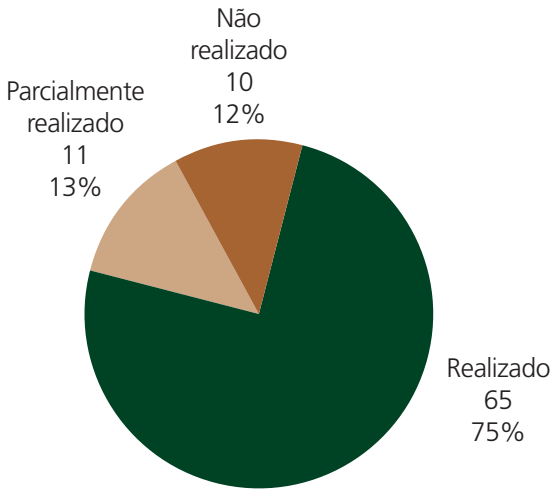
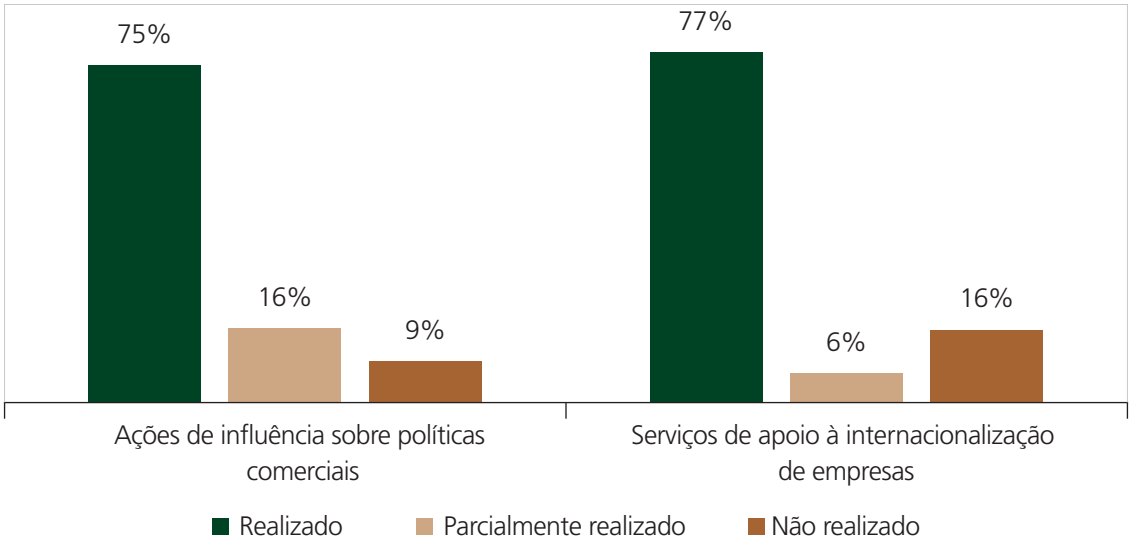
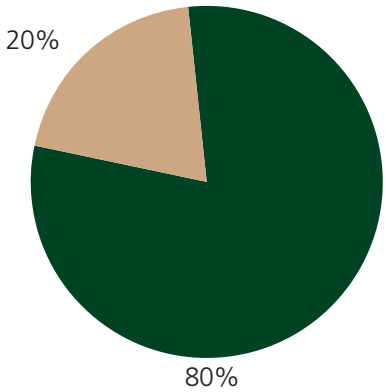
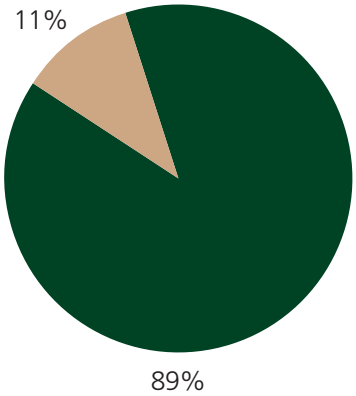


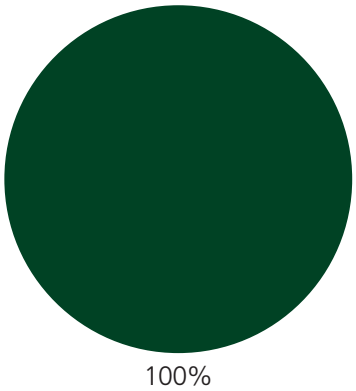
Gráfico 6 – Prestação de contas da Agenda Internacional da Indústria 2017: ações de influência sobre políticas comerciais e serviços de apoio à internacionalização de empresas



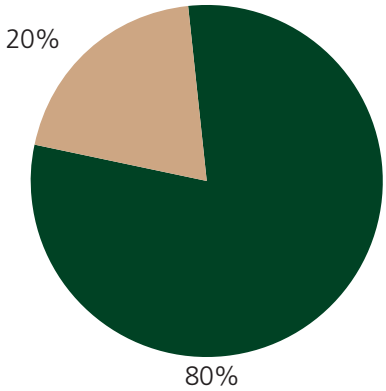
Quadro 5 – Prestação de contas detalhada: ações de influência sobre políticas comerciais

Acordos Comerciais			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	México	Realizado
	2	União Europeia	Realizado
	3	América do Sul	Parcialmente realizado
	4	Mercosul	Realizado
	5	Outras negociações	Realizado
	6	Serviços	Parcialmente realizado
	7	Propriedade intelectual	Realizado
	8	Movimentação de pessoas	Realizado
	9	OMC	Realizado
	10	Internalização de acordos	Realizado

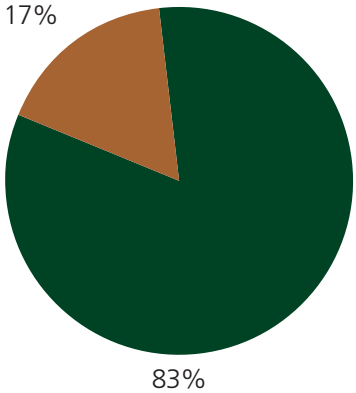
Investimentos Brasileiros no Exterior			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Tributação de lucros no exterior	Realizado
	2	Acordos para Evitar a Dupla Tributação	Realizado
	3	Tratamento para trabalhadores expatriados	Realizado
	4	Preços de transferência	Realizado
	5	Imposto sobre Operações Financeiras sobre aquisições de empresas	Realizado
	6	Financiamento aos investimentos no exterior	Parcialmente realizado
	7	Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos	Realizado
	8	Acordos previdenciários	Realizado
	9	CONINV	Realizado

Facilitação e Desburocratização do Comércio Exterior			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Portal Único de Comércio Exterior	Realizado
	2	Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	Realizado
	3	Mapeamento de encargos, taxas e contribuições	Realizado
	4	Coleta única de encargos e taxas	Realizado
	5	CONFAC	Realizado

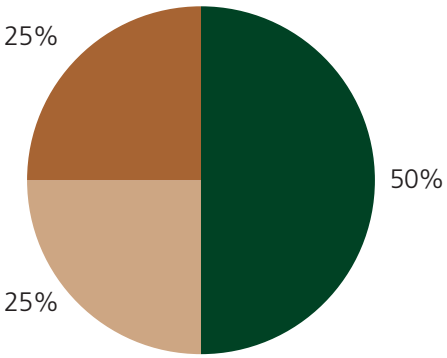
Barreiras em Terceiros Mercados

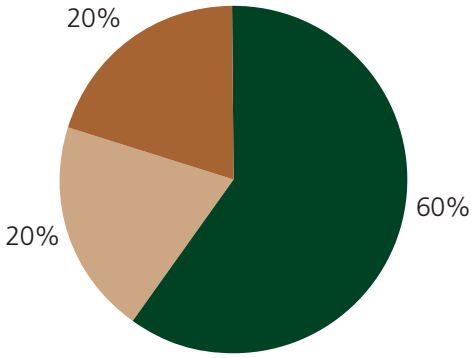
Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Sistema de monitoramento de barreiras	Realizado
	2	Sensibilização do setor privado para identificação de barreiras externas	Realizado
	3	Barreiras na China, Estados Unidos e União Europeia	Parcialmente realizado
	4	Cooperação regulatória	Realizado
	5	Preocupações comerciais específicas na OMC	Realizado
	6	Contenciosos na OMC	Realizado
	7	Mecanismo de petição privada ao governo	Parcialmente realizado
	8	Adidos de indústria e comércio	Realizado
	9	Mecanismos governamentais bilaterais	Realizado
	10	Grupo de Trabalho em barreiras na CAMEX	Realizado

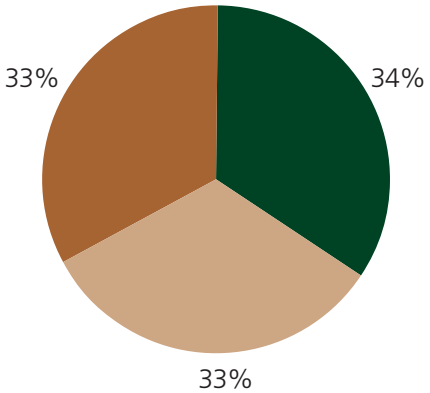
Tributação no Comércio Exterior

Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Compensação de créditos tributários provenientes da exportação de bens	Realizado
	2	REINTEGRA	Realizado
	3	Tributação na importação de serviços	Realizado
	4	Recuperação de créditos tributários nas exportações de serviços	Não realizado
	5	*Drawback*	Realizado
	6	Custo de descarga nacional de mercadoria na base de cálculo do imposto de importação	Realizado

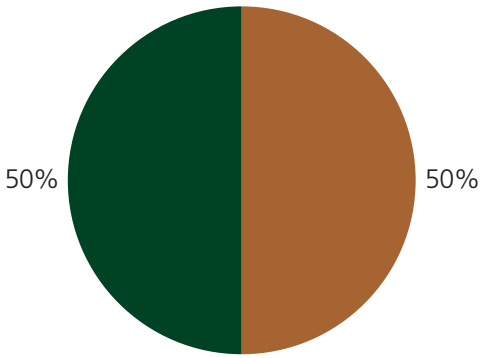
Financiamento e Garantias às Exportações

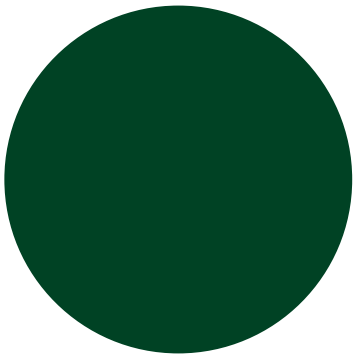
Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Sistema de financiamento público	Parcialmente realizado
	2	Sistema de garantias	Realizado
	3	Institucionalidade do sistema	Realizado
	4	Novo Banco de Desenvolvimento	Não realizado

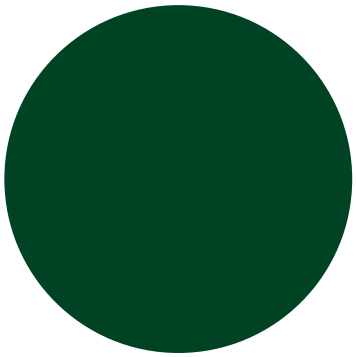
Defesa Comercial			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	China como economia de mercado	Não realizado
	2	Segurança jurídica nas investigações de processos *antidumping*	Realizado
	3	Medidas compensatórias	Realizado
	4	*Antidumping* para indústrias fragmentadas	Realizado
	5	Apoio aos exportadores brasileiros	Parcialmente realizado

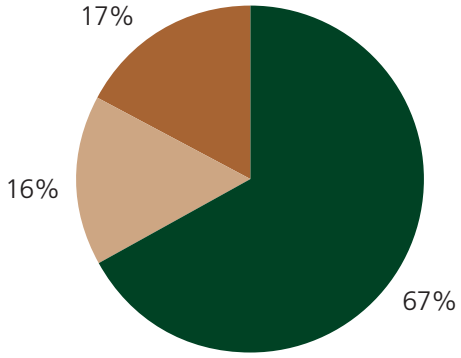
Logística e Infraestrutura			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Tarifas e taxas cobradas por portos e armadores	Parcialmente realizado
	2	Acesso marítimo aos portos	Não realizado
	3	Integração logística na América do Sul	Não realizado
	4	Omissões de embarque	Realizado
	5	Concentração de mercado de navegação	Parcialmente realizado
	6	Tarifa de inspeção não invasiva de contêiners	Realizado

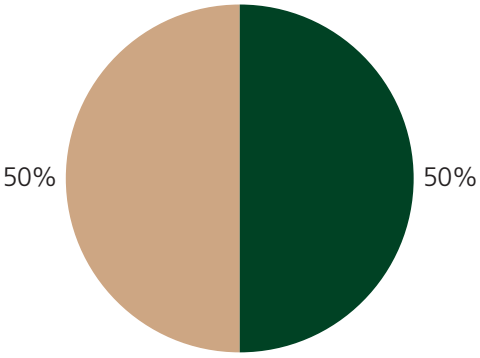
Quadro 6 – Prestação de contas detalhada: serviços de apoio à internacionalização de empresas

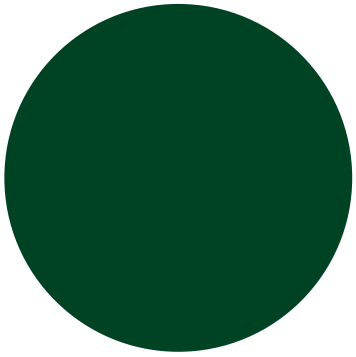
Assessoria e Consultoria			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Plano de Negócios de internacionalização	Realizado
	2	Apoio na adequação de produtos e processos para intenracionalização	Realizado
	3	Assessoria em normas de origem	Não realizado
	4	Assessoria em exportação e admissão temporária	Não realizado

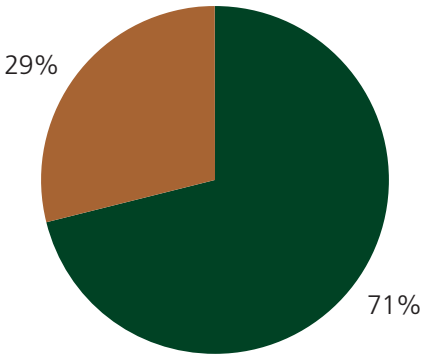
Capacitação e Sensibilização Empresarial			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Capacitações empresariais transversais em internacionalização	Realizado
	2	Capacitações empresariais específicas em internacionalização	Realizado
	3	Capacitações empresariais sobre temas estruturantes do comércio exterior	Realizado
	4	EAD	Realizado
	5	Manual de capacitação empresarial	Realizado
	6	Parceria com o SEBRAE	Realizado

Inteligência Comercial			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Soluções em inteligência comercial	Realizado
	2	Ferramentas e bancos de dados	Realizado
	3	Geração e publicação de conteúdo	Realizado
	4	Pesquisa dos Desafios à Competitividade das Exportações	Realizado

Promoção de Negócios			
Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Ações de prospecção de mercados	Realizado
	2	Ações comerciais e promotoras de vendas	Realizado
	3	Identificação de oportunidades e apoio para a geração de negócios e investimentos	Parcialmente realizado
	4	Disseminação da oferta exportadora brasileira	Realizado
	5	Ações de promoção nos mercados prioritários de Acordos Comercais	Não realizado
	6	Parceria com a Apex-Brasil	Realizado

Programas de Internacionalização			
Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Programa de preparação da empresa para atuação internacional (Exporta CIN e PROSPECT)	Realizado
	2	Revisão do modelo de operação dos programas de internacionalização	Parcialmente realizado

Documentos Aduaneiros			
Resumo	Nº	Prioridades	Grau de execução
	1	Certificados de origem para exportação	Realizado
	2	ATA Carnet para exportação temporária de mercadorias	Realizado

Promoção e Atração de Investimentos			
Resumo	**Nº**	**Prioridades**	**Grau de execução**
	1	Oferta de serviços de apoio aos investidores estrangeiros	Não realizado
	2	Harmonização dos serviços Brazil4Business	Realizado
	3	Estratégia e foco de atuação	Não realizado
	4	Prospecção ativa de investidores	Realizado
	5	Geração de conteúdo e conhecimentos	Realizado
	6	Coordenação público-privada	Realizado
	7	Promoção e contato empresarial	Realizado

CNI
Robson Braga de Andrade
Presidente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – DDI
Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor de Desenvolvimento Industrial

Gerência Executiva de Assuntos Internacionais
Diego Bonomo
Gerente Executivo de Assuntos Internacionais

Organizadores
Soraya Rosar, Diego Bonomo, Sarah Oliveira, Constanza Negri e Fabrizio Panzini

Equipe do Projeto
Carolina Matos, Felipe Carvalho, Felipe Costa, Felipe Spaniol, Leandro Barcelos e Sílvia Menicucci

Equipe Técnica
Aline Araújo, Camilla Mafissoni, Christine Ferreira, Cibele Uchida, Claubert Oliveira, Eduardo Alvim, Flávia Moraes, Hudson Santos, Isabella Sousa, Jéssica Dias, Karla Ochôa, Luany Teles, Ludmila Carvalho, Maísa Nascentes, Matheus Mendes, Michele Mamede, Michelle Queiroz, Pietra Mauro, Ronnie Pimentel, Ruth Fernández e Walter Ribeiro

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM
Carlos Alberto Barreiros
Diretor de Comunicação

Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP
Carla Gonçalves
Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

André Augusto Dias
Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC
Fernando Augusto Trivellato
Diretor de Serviços Corporativos

Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF
Maurício Vasconcelos de Carvalho
Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

Jakeline Mendonça
Normalização

Danúzia Queiroz
Revisão Gramatical

Editorar Multimídia
Projeto Gráfico e Diagramação

Pedro da Motta Veiga
Sandra Rios
Consultores

2018

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA